



Relatório de Desempenho de Gestão

jan-dez 2025

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



Sumário

Palavra da Defensora Geral //4

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional //6

1.1. Descrição geral //6

1.2. Missão //7

1.3. Visão //7

1.4. Valores //7

1.5. Competência //8

1.6. Estrutura organizacional //10

2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades //14

2.1. Metodologia //14

2.2. Plano de Atuação //16

2.3. Identidade Organizacional //17

2.4. Estratégias //18

2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores //19

2.6. Orçamento Participativo //28

3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal //32

3.1. Fontes //32

3.2. Recursos patrimoniais //33

3.3. Infraestrutura //33

3.4. Quadro de pessoal //49

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados //51

4.1. Execução dos programas de governo //51

4.2. Execução dos projetos e atividades //52

5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações //60

5.1. Indicadores de Gestão //60

5.2. Indicadores de Desempenho //72

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso. //80

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres; //85

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades; //86

9. Conclusão //87

10. Referências Bibliográficas //89

**Defensora Pública Geral
do Estado do Ceará**

SÂMIA COSTA FARIAS

Subdefensor Geral do Estado do Ceará

LEANDRO SOUSA BESSA

Secretário Executivo

SAMUEL DE ARAÚJO MARQUES

**Diretora da Escola Superior
da Defensoria Pública e
Supervisora do Núcleo de Estágio**

AMÉLIA SOARES ROCHA

Assessor Jurídico

FRANCISCO JOSE VERAS DE
ALBUQUERQUE

**Assessor de
Desenvolvimento Institucional**

BRUNO FIORI PALHANO MELO

**Assessora de
Relacionamento Institucional**

CAMILA VIEIRA NUNES MOURA

Assessora de Planejamento e Controle

NATALI MASSILON PONTES

Coordenador das Defensorias da Capital

MANFREDO ROMMEL CÂNDIDO MACIEL

**Coordenadora das
Defensorias do Interior**

ALINE PINHO ROMERO VIEIRA

**Subcoordenador das
Defensorias do Interior**

BRUNO GONÇALVES NEVES
GUILHERME QUEIROZ MAIA FILHO
LUCIANE DE SOUSA SILVA LIMA

**Assessoria de
Relacionamento ao Cidadão**

YAMARA ALVES LAVOR VIANA

Assessoria de Projetos

ANNA KELLY VIEIRA NANTUA
CAVALCANTE

Controladoria Geral

ANA CAROLINA CORRÊA LIMA COLLINS

Secretária de Administração

NÍDIA DE MATOS NUNES

Secretário de Tecnologia da Informação

ELIENAI AMARO DE SOUSA

Secretária de Gestão de Pessoas

ANA LÚCIA SUDÁRIO DIAS BRANCO

Secretária de Comunicação

BIANCA FELIPPESEN

**Secretário de
Planejamento e Orçamento**

ANTÔNIO DE PÁDUA DIAS COSTA JÚNIOR

Secretário de Finanças

MILTON LUIZ DA SILVA MEDEIROS

**Secretário de
Modernização Administrativa**

ELIAS XERXES PINHEIRO XEREZ

**Secretária de Arquitetura,
Engenharia e Manutenção**

KARINNY FERREIRA VICTOR



Palavra da Defensora Geral

Garantir direitos é assegurar que nenhuma pessoa fique para trás. É com este compromisso que apresentamos o Relatório de Desempenho de Gestão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, documento que traduz o esforço permanente de uma instituição que trabalha para aproximar direitos das pessoas, ampliar o acesso à justiça e fortalecer a cidadania em todas as regiões do Estado.

Os resultados aqui apresentados mostram uma Defensoria Pública em constante transformação, que planeja, executa, avalia e aprimora suas ações com foco na efetividade dos serviços prestados à população. Ao longo do período, avançamos na modernização administrativa, fortalecemos os mecanismos de transparência, ampliamos a presença institucional, investimos em inovação e consolidamos projetos estruturantes voltados à melhoria do atendimento.

Cada indicador apresentado neste Relatório representa muito mais do que metas alcançadas. Representa pessoas atendidas, conflitos solucionados, direitos protegidos e oportunidades criadas para quem mais necessita da presença do Estado. Representa o compromisso de construir uma Defensoria Pública cada vez mais acessível, eficiente e preparada para responder aos desafios contemporâneos.

A execução de projetos voltados à transformação digital, ao aprimoramento dos sistemas internos, à ampliação dos serviços no interior do Estado, ao fortalecimento da participação social e à qualificação permanente das equipes mostra a capacidade da instituição de aliar gestão eficiente e compromisso social.

Este Relatório ainda evidencia que o fortalecimento institucional exige responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e se concretiza por meio de planejamento, gestão qualificada, transparência e capacidade de transformar os serviços que impactam positivamente a vida da população.

Nada disso seria possível sem o empenho coletivo de defensoras e defensores públicos, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores, estagiárias e estagiários, que diariamente dedicam seu trabalho à promoção da justiça e à defesa dos direitos humanos.

Cada avanço registrado neste documento é fruto do compromisso institucional que nos une. São fundamentais também as contribuições da sociedade civil, da Ouvidoria Externa, das comunidades e dos diversos parceiros institucionais que ajudam a construir uma Defensoria Pública mais próxima das pessoas e mais conectada às realidades dos territórios cearenses. O diálogo permanente com a população continua sendo um dos pilares que orientam nossas prioridades e escolhas.

Sabemos que os desafios ainda são muitos. A ampliação do acesso à justiça, a universalização dos serviços e o enfrentamento das desigualdades sociais permanecem como objetivos permanentes da instituição. Os resultados alcançados mostram que avançamos com responsabilidade, planejamento e visão de futuro.

Reafirmamos nosso compromisso com a transparência, com a boa governança pública e com a construção de uma Defensoria Pública cada vez mais forte, inovadora e presente na vida das pessoas.

SÂMIA FARIAS
*Defensora Pública Geral
do Estado do Ceará*



1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

1.1. Descrição geral

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado à qual incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados e agrupamentos sociais em condição de vulnerabilidade. Foi criada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada, em sede infraconstitucional, pela Lei Complementar Federal nº 80/94, que define o perfil da instituição e estabelece normas gerais a serem complementadas pela legislação estadual. No âmbito do Estado do Ceará, a Defensoria foi criada e regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 06/97.

Segundo o artigo 134 da Constituição Federal:

“A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal”.

Nascida para prestar assistência jurídica gratuita aos mais vulneráveis, a Defensoria possui atualmente um grande leque de atribuições, sendo cada vez mais relevante o seu papel social. A criação e o fortalecimento de uma Instituição de Estado com missão de promover o acesso à justiça, assumindo que para assegurar aos cidadãos direitos e garantias fundamentais proclamados constitucionalmente, sobretudo aqueles inerentes à cidadania plena, à dignidade da pessoa humana e à primazia dos direitos humanos, é necessária uma gama de atuações.

Deste modo, as funções institucionais previstas na Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (LCP80/94) dialogam com valores fundamentais que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processo corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou sub representados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social.

1.2. Missão

Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.

1.3. Visão

Consolidar-se como Instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.

1.4. Valores

LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente no que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas.

EFICIÊNCIA E EFICÁCIA: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir os objetivos institucionais, de forma plena e efetiva.

TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação e transparência.

COOPERAÇÃO: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados.

ÉTICA: agir com integridade e higidez moral em todas as suas ações e relações institucionais.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas.

INOVAÇÃO: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis.

MODERNIZAÇÃO: adoção de modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.



1.5. Competência

Com efeito, as funções institucionais previstas na Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (LCP80/94) dialogam claramente com valores fundamentais que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processo corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou sub representados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social, senão vejamos.

“Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

I – prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;

II – promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

III – promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

IV – prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;

V – exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;

VI – representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;

VII – promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

VIII – exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e

individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;

IX – impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;

X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

XII - (VETADO);

XIII - (VETADO);

XIV – acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;

XV – patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

XVI – exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;

XVII – atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;

XVIII – atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;

XIX – atuar nos Juizados Especiais;

XX – participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos;

XXI – executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação,



inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;

XXII – convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.”

1.6. Estrutura organizacional

A sua Estrutura Organizacional:

I – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR:

- a) Defensoria Pública Geral do Estado;
- b) Subdefensoria Pública Geral do Estado;
- c) Conselho Superior da Defensoria Pública Geral do Estado;
- d) Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado;
- e) Subcorregedoria-Geral;

II – ÓRGÃOS DE GERÊNCIA SUPERIOR:

- a) Secretaria Executiva (SEXEC);

III – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO:

- a) Assessoria Jurídica (ASJUR);
- b) Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADINS);
- c) Assessoria de Estágio (AEST);
- d) Assessoria de Relacionamento Institucional (ARINS);
- e) Assessoria de Planejamento e Controle (ASPLAC);
- f) Assessoria de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão (ARC);

- g) Assessoria de Projetos (ASPRO);
- h) Assessoria dos Tribunais Superiores (ASTS);
- i) Assessoria de Inovação (ASIN);

IV – ÓRGÃOS AUXILIARES:

- a) Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará (OGDP);
- b) Controladoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará (CGDP);
- c) Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará (ESDP):
 - c.1. Centro de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Funcional;
- d) Gabinete de Segurança Institucional;

V – ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA:

- a) Coordenadoria das Defensorias Públicas da Capital (CDC):
 - a.1. Subcentral do Psicossocial (SUBPSICO);
- b) Coordenadoria das Defensorias Públicas do Interior (CDI):
 - b.1. SubCentrais do Interior (SUBCDI);

VI – ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO:

- a) Secretaria de Administração:
 - a.1. Gerência de Licitações;
 - a.2. Gerência de Terceirização;
 - a.3. Gerência de Patrimônio e Almoxarifado;
 - a.4. Gerência de Contratos e Convênios;
 - a.5. Gerência de Transportes e Apoio Logístico;



- a.6. Gerência de Aquisições;
- b) Secretaria de Finanças:
 - b.1. Gerência de Execução Orçamentária e Financeira;
 - b.2. Gerência de Arrecadação;
 - b.3. Gerência de Contabilidade;
- c) Secretaria de Gestão de Pessoas:
 - c.1. Gerência de Administração de Pessoas;
 - c.2. Gerência de Assistência Previdenciária;
 - c.3. Gerência de Folha de Pagamento;
- d) Secretaria de Tecnologia da Informação:
 - d.1. Gerência de Segurança da Informação;
 - d.2. Gerência de Suporte Técnico;
 - d.3. Gerência de Projetos;
- e) Secretaria de Comunicação:
 - e.1. Gerência de Cerimonial;
- f) Secretaria de Planejamento e Orçamento;
- g) Secretaria de Modernização Administrativa;
- h) Secretaria de Arquitetura, Engenharia e Manutenção;

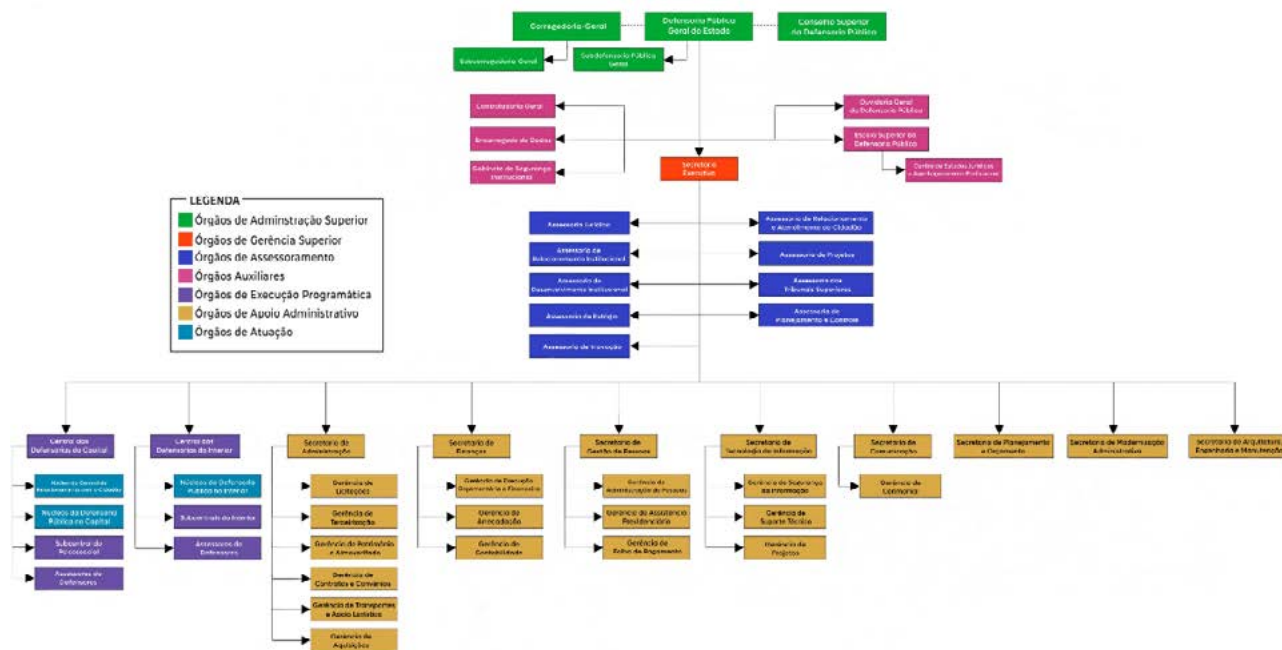
VII – ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO:

- a) Defensorias Públicas do Estado;
- b) Núcleos da Defensoria Pública do Estado:
 - b.1. Núcleo da Central de Relacionamento com o Cidadão;
 - b.2. Núcleos da Defensoria Pública na Capital;
 - b.3. Núcleos da Defensoria Pública no Interior;

VIII – ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO:

a) Defensores Públicos do Estado

ORGANOGRAMA



Fonte: <https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2024/07/ORGANOGRAMA-LEI-N%C2%B0-327-2024.png>



2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho. Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

● **Usuário e Sociedade (Perspectiva dos Clientes):** está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;

● **Estruturante (Perspectiva dos Processos Internos):** relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em

especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

● **Desenvolvimento Institucional (Perspectiva do Aprendizado e Crescimento):** consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

● **Orçamentária (Perspectiva Financeira):** prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.

Apresenta-se o fluxo de trabalho utilizado para a elaboração do presente plano de atuação.



Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025



O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

2.2. Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (está definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano Geral de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025

Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado.

2.3. Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º ao 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- **Missão:** é, em essência, o propósito da organização;
- **Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- **Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.



Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

MISSÃO (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
VISÃO (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
VALORES (art. 4º, RI DPGE)	<p>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p>Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p>Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p>Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p>Ética: agir com integridade e hígidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p>Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p>Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p>Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>

Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025

2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2024-2025 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada.

Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2024-2025:

MISSÃO		VISÃO		
Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz		Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao Sistema de Justiça		
USUÁRIO E SOCIEDADE	US1	US2	US3	
	Atender com eficiência, eficácia e qualidade	Estimular a participação popular na gestão da instituição	Aprimorar a transparência administrativa	
ESTRUTURANTE	ES1	ES2	ES3	
	Desenvolver estruturas próprias ao exercício da autonomia financeira e administrativa	Ampliar as estruturas das unidades localizadas no interior	Incrementar o parque tecnológico e os sistemas legados	
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	DI1	DI2	DI3	
	Expandir a presença da DPGE nas unidades Jurídicas	Fomentar a capacitação contínua de membros e colaboradores	Dinamizar a comunicação interna	
ORÇAMENTÁRIA	OR1	OR2	OR3	
	Utilizar de forma eficiente os recursos alocados	Exercitar a autonomia financeira na gestão e elaboração do Orçamento	Desonerar o custeio da instituição oriundo de fonte própria	

Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025

2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 65 (sessenta e cinco) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores



de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

Tabela 1: MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2024-2025

N.	PROJETO	RESP.	IND	META		% EXEC.
1	Concluir o projeto de virtualização dos processos administrativos	ADINS	IEC	Efetivar a utilização de Sistema de Virtualização do Processos Administrativos	OR1 US3 US1	100%
2	Aperfeiçoar o sistema de Folha de Pagamento	ADINS	IEC	Implantar melhorias no sistema de Folha de Pagamento	ES1 OR2	100%
3	Adequar os sistemas da Defensoria a LGPD	ADINS	IEC	Adotar as melhorias sugeridas por empresa especializada	ES3	100%
4	Unificar os Sistemas Integra e Nossa Defensoria	ADINS	IEC	Implantar novo Sistema de Integração na Defensoria	DI3 ES3 US3	75%
5	Fomentar a gestão dos colaboradores da Defensoria	ADINS	ICO	Implantar Sistema de Gestão de Colaboradores	ES3 OR1	100%
6	Adoção de nova Carteira Funcional Digital para os Defensores(as)	ADINS	ICO	Disponibilizar nova Carteira Funcional Digital para os Defensores	US1 ES1	100%
7	Implementação de arquivo único e guarda dos processos legados da Defensoria	SEXEC	IEC	Implantar novo Arquivo e guardar dos processos físicos	OR1 US1	100%
8	Implementação do Relatório Automatizado dos Estagiários	ARINS	ICO	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários	US2 US1	100%

9	Ampliar a figura do mediador comunitário para fomento da política de solução extrajudicial de conflitos com a participação direta da comunidade;	ARINS	IPE	Aumentar o quantitativo de mediadores comunitários	US2 US1	100%
10	Propor a criação do Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	ARINS	IEC	Implantar o Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	US2 US1	50%
11	Contribuir para a ação interiorizada da Ouvidoria Externa, com vistas a facilitar o diálogo da sociedade civil com a Defensoria Pública em todas as comarcas em que estiver instalada e sedimentar a importância de Instituição para a comunidade	ARINS	IEC	Fortalecer a Ouvidoria Externa em seu atendimento no interior do Estado	US2 US1	100%
12	Fomentar a Capacitação para diversificar e ampliar a participação de defensores públicos em entrevistas, programas de televisão, rádio e outros meios de comunicação	ASCOM	ICO	Capacitação para os Defensores(as) em Comunicação Externa	DI2 DI3	100%
13	Ampliar o número de novas sedes Defensoriais no interior do Estado do Ceará	ASPLAC	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área criminal	DI1	100%
14	Ampliar e aprimorar a estrutura dos órgãos de atuação dos defensores do segundo grau	ASPLAC	IEC	Realizar melhorias na infraestrutura do Núcleo do 2º Grau	US1	100%
15	Avançar na ampliação e modernização das sedes próprias da Defensoria	ASPLAC	IEC	Ampliar, modernizar e reformar os Núcleos da Defensoria	US1	100%
16	Aproximar o Defensor Público do CONSUP, garantindo ampla e absoluta publicidade das deliberações e decisões	ASPLAC	IEC	Publicização das deliberações do CONSUP	US3	100%
17	Virtualização do Processos do CONSUP com possibilidade de acesso direto aos Defensores	ASPLAC	IEC	Efetivar a virtualização dos Processo do CONSUP em novo sistema de processo virtual	US3	50%
18	Elaborar projetos para futuras instalações da Central de Atendimento dos Defensores Públicos	ASPLAC	ICO	Elaborar projetos arquitetônicos da Nova Central de Atendimento dos Defensores Públicos	ES2 DI1	100%
19	Implantação de Econúcleos no Interior do Estado através de formalização de Convênios	ASPLAC	IEC	Inauguração de Econúcleos no Interior do Estado	DI1 ES2	100%



20	Criação de setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	ASPLAC	ICO	Implantar o setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	US1	100%
21	Criar Laboratório de Inovação destinado à concepção e implantação de soluções inovadoras no âmbito da DPGE-CE	ASPRO	ICO	Implantar o Laboratório de Inovação	OR1 US1	100%
22	Fomentar ações de sustentabilidade e de preservação do meio ambiente no âmbito interno da Defensoria Pública	ASPRO	IEC	Implantação de coleta seletiva ou utilização de energias renováveis na sede da Defensoria Pública do Estado do Ceará e/ou interlocução com cooperativa de catadores da região	OR1	100%
23	Ampliar o atendimento jurídico prestado para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes	ASPRO	ICO	Disponibilizar atendimento Defensorial no Escritório Popular da Juventude através de Convênio com a UFC e Secretaria da Juventude	US1 US2	100%
24	Ampliar a atuação da Defensoria Pública no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres na Capital e no Interior do Estado	ASPRO	IEC	Disponibilizar Defensor(a) nas novas Casas da Mulher Cearense e Brasileira	US1 DI1	100%
25	Aperfeiçoar e aumentar a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública à população em situação de rua	ASPRO	IEC	Realizar 06 atendimentos itinerantes na Capital e região metropolitana	DI1 US1	100%
26	Monitorar e buscar editais abertos pelos governos federal, estadual e municipal para o financiamento de projetos, além de buscar a captação de recursos e o desenvolvimento de parcerias para melhorar a atuação defensorial e as condições das pessoas em situação de vulnerabilidade	ASPRO	IEC	Captar recursos convênios/parcerias com o Governo Municipal, Estadual e Federal	OR3 OR2	100%
27	Ampliar a divulgação de ações, projetos, atuações e práticas exitosas realizados pelos Defensores Públicos da Capital e do Interior do Estado	ASPRO	IEC	Implantar ações de apoio em Projetos Inovadores na Defensoria Pública (Inscrições no INOVARE)	DI2	100%

28	Ampliar a utilização do aplicativo de agendamento, desburocratizando e humanizando o acesso do assistido à Defensoria Pública, fazendo com que o assistido somente se desloque no dia já agendado para atendimento com o Defensor Público	ASREC	IEC	Aumentar o quantitativo de adesões ao uso do aplicativo	US1 ES3	100%
29	Capacitação semestral da equipe do 129, identificando equívocos de informações e/ou encaminhamentos, evitando o deslocamento desnecessário do assistido.	ASREC	IEC	Realizar capacitações semestrais	DI2	100%
30	Aumentar a quantidade de colaboradores na equipe do 129, promovendo a divulgação dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Ceará, evitando o deslocamento desnecessário do assistido	ASREC	IEC	Contratar mais colaboradores para a equipe do 129	US1	100%
31	Criação de "passo a passo", através do Direito Visual, a ser entregue para o assistido após a interposição da inicial, explicando como acompanhar o seu processo com o Defensor Público, contendo informações sobre as formas de agendamento e atendimento do núcleo da Defensoria Pública que será responsável para acompanhar o processo	ASREC	IEC	Aprimorar técnicas de informação de como o assistido possa acompanhar o seu processo após interposição inicial	US1	100%
32	Aplicar a Linguagem Simples (movimento social e técnica de comunicação que torna o conteúdo acessível para o maior número de pessoas) e Direito Visual ("Visual law" – transformação da informação jurídica em algo mais acessível) no site da Defensoria Pública do Estado do Ceará, facilitando a compreensão da informação ao assistido	ASREC	IEC	Aplicação da Linguagem Simples e Direito Visual no Site da Defensoria Pública do Estado do Ceará e na indicação de documentação necessária para interposição de ações judiciais	ES3 US3	100%
33	Aprimorar os mecanismos de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas, a fim de evitar que sejam exercidas em prejuízo da atividade ordinária	CDC/CDI	ICO	Implantar nova metodologia de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas	ORI DI1	100%
34	Ampliar a atuação da Defensoria no interior com a abertura de Defensorias em novas Comarcas	CDC/CDI	IEC	Ampliar a interiorização da Defensoria Pública	DI1 US1	100%
35	Criar fluxo de acompanhamento informatizado de projetos, reuniões e demais atividades da Coordenadoria das Defensorias do Interior	CDC/CDI	IEC	Implantar Sistema de Gestão de Atividades para o CDC/CDI	ES3 US3	100%



36	Ampliar o Orçamento da Defensoria	DPGE	IEC	Aumentar os Orçamentos da Defensoria nos anos 2024 e 2025	OR2	100%
37	Fomentar a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implantar o Setor de Arrecadação	OR1	100%
38	Ampliar o quadro de apoio administrativo	DPGE	IEC	Aumentar o efetivo de profissionais contratados na área administrativa e aumentar disponibilidade de cargos comissionados para área administrativa	OR3	100%
39	Realizar desoneração do FAADEP, com ampliação da transferência de despesas para o Tesouro	DPGE	ICO	Aumentar o orçamento de custeio da Defensoria na Fonte Tesouro	OR2	100%
40	Incluir na lei o pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	DPGE	IEC	Publicar alteração da Lei referente ao pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	US3 OR1	67%
41	Implantar a Lei de Acervo de Produtividade	DPGE	IEC	Publicar a Lei para o Acervo de Produtividade	OR2	100%
42	Nomear mais Defensores Públicos para o fortalecimento da interiorização da Defensoria Pública	DPGE	IEC	Nomear Defensores Públicos para lotação nos municípios do interior do Estado Ceará	DI1 US1	100%
43	Atualizar constantemente o auxílio saúde para avançar ainda mais na política de atenção à saúde	DPGE	ICO	Atualizar o valor financeiro do Auxílio Saúde para Defensores/Servidores	OR2	100%
44	Ampliar e fortalecer a equipe psicossocial, sobretudo para os núcleos especializados	DPGE	IEC	Realizar a contratação de Psicólogas e Assistentes Sociais	US1 DI1	100%
45	Aumentar o número de Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	DPGE	IPE	Disponibilizar mais Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	US1 DI1	100%
46	Aumentar a quantidade dos Defensores Auxiliares especializados em Violência Doméstica familiar contra a mulher, Família e Crime no interior do Estado do Ceará	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade dos auxiliares especializados em Família, Violência Doméstica familiar contra a mulher e Crime	DI1 US1	100%

47	Ofertar mais serviços à população através da disponibilização de novas atividades Cumulativas	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade de serviços disponíveis a população	DI1 US1	100%
48	Avançar com a criação dos cargos de defensores de segundo grau para manter a correspondência constitucional	DPGE	ICO	Criar novos cargos de Defensor 2º Grau	OR2	100%
49	Avançar com a expansão do intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as defensorias públicas	ESDP	IEC	Implantar e disseminar banco de projetos exitosos	DI2 DI3	75%
50	Regulamentar e criar grupos de trabalho para pesquisa e atuação coordenada, em casos de grande repercussão, principalmente, e em temáticas específicas que envolvam mais de um município	ESDP	IEC	Implantar grupo de trabalho para pesquisa e atuação coordenada.	US1	100%
51	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional, como o Memória Viva, e fomentar novos projetos para a conservação da história da Defensoria	ESDP	IEC	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional	DI2 DI3	67%
52	Desenvolver plataforma de jurimetria, com mapeamento das decisões judiciais e precedentes	ESDP	IEC	Implantar Plataforma de Jurimetria	ES3	100%
53	Implantação do Comitê de Precedentes	ESDP	IEC	Implantar o Comitê de Precedentes	US2	100%
54	Disponibilizar nova estrutura dos Cursos de Formação	ESDP	IEC	Implantar a estrutura do Curso de Formação, estruturando metodologicamente o Curso de Preparação Inicial, a Formação Continuada e o Projeto Social	DI2	100%
55	Realizar o Projeto Defensoras Populares parceria com o Ministério da Justiça e a UNILAB	ESDP	IEC	Implantar o Projeto Defensoras Populares	US2 DI1	100%
56	Reestruturar o Concurso de Teses e/ou Práticas	ESDP	IEC	Implantar o Concurso de Teses e/ou Práticas, em anos alternados (Em 2024 e 2025)	DI2	100%
57	Ampliar o Núcleo de Pesquisa	ESDP	IEC	Ampliar à atuação do Núcleo de Pesquisa e a repercussão prática dos resultados	DI2	100%
58	Realizar encontros Regionais Defensoriais	ESDP	IEC	Realizar 06 encontros Regionais Defensoriais	DI3 DI2	17%



59	Ampliar o programa de estagiários de graduação e pós-graduação	NUEST	IPE	Aumentar o quantitativo de estagiários de graduação e pósgraduação	DII	100%
60	Elaborar o Projeto de Lei sobre a Regulamentação do Programa de Estágio não obrigatório de graduação e pósgraduação no âmbito da Defensoria Pública	NUEST	IEC	Envio de Projeto de Lei da Regulamentação do Programa de Estágio	OR2	100%
61	Ampliação de cursos de capacitação para os estagiários, sendo disponibilizados na plataforma EAD da Escola Superior	NUEST	IEC	Ampliar cursos na Plataforma EAD/ESDP	DI2	100%
62	Implementação do Relatório Automatizado dos Estagiários	NUEST	IEC	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários de Graduação e Pós-Graduação	ES3 US3	100%
63	Desenvolver uma política interna que possibilite a garantia da segurança pessoal de defensores, colaboradores e estagiários, principalmente, em núcleos temáticos sensíveis da capital e do interior do estado	SEXEC	IEC	Implantar Política interna de Segurança Pessoal na Defensoria Pública	ES1	100%
64	Fortalecer ainda mais a comunicação interna, alinhando fluxos com o objetivo de garantir maior eficiência;	SEXEC	IEC	Disponibilizar novo regramento dos Fluxos Administrativos	DI3	100%
65	Renovar a Frota de Veículos da Defensoria	SEXEC	IEC	Disponibilizar nova Frota de Veículos	OR1	100%
Percentual médio de execução						95,38%

SIGLAS:

ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASJUR – Assessoria Jurídica

ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle

CDC - Coordenadoria das Defensorias da Capital

CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado

ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública

ICO - Índice de Conclusão Objetiva

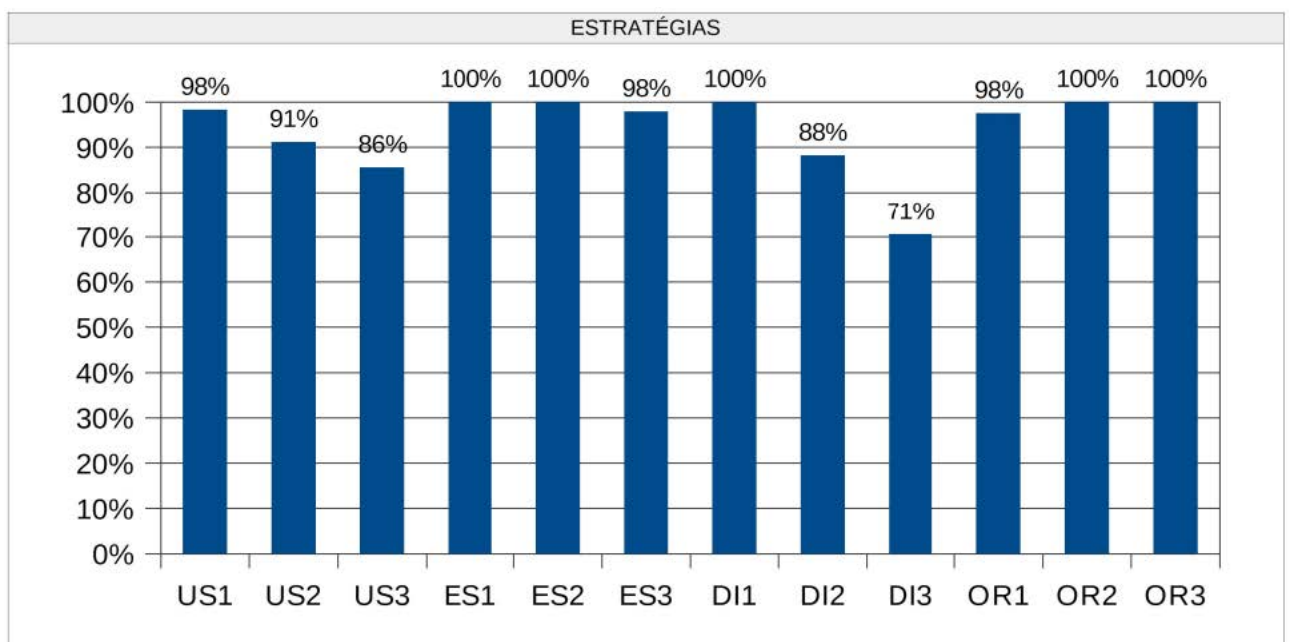
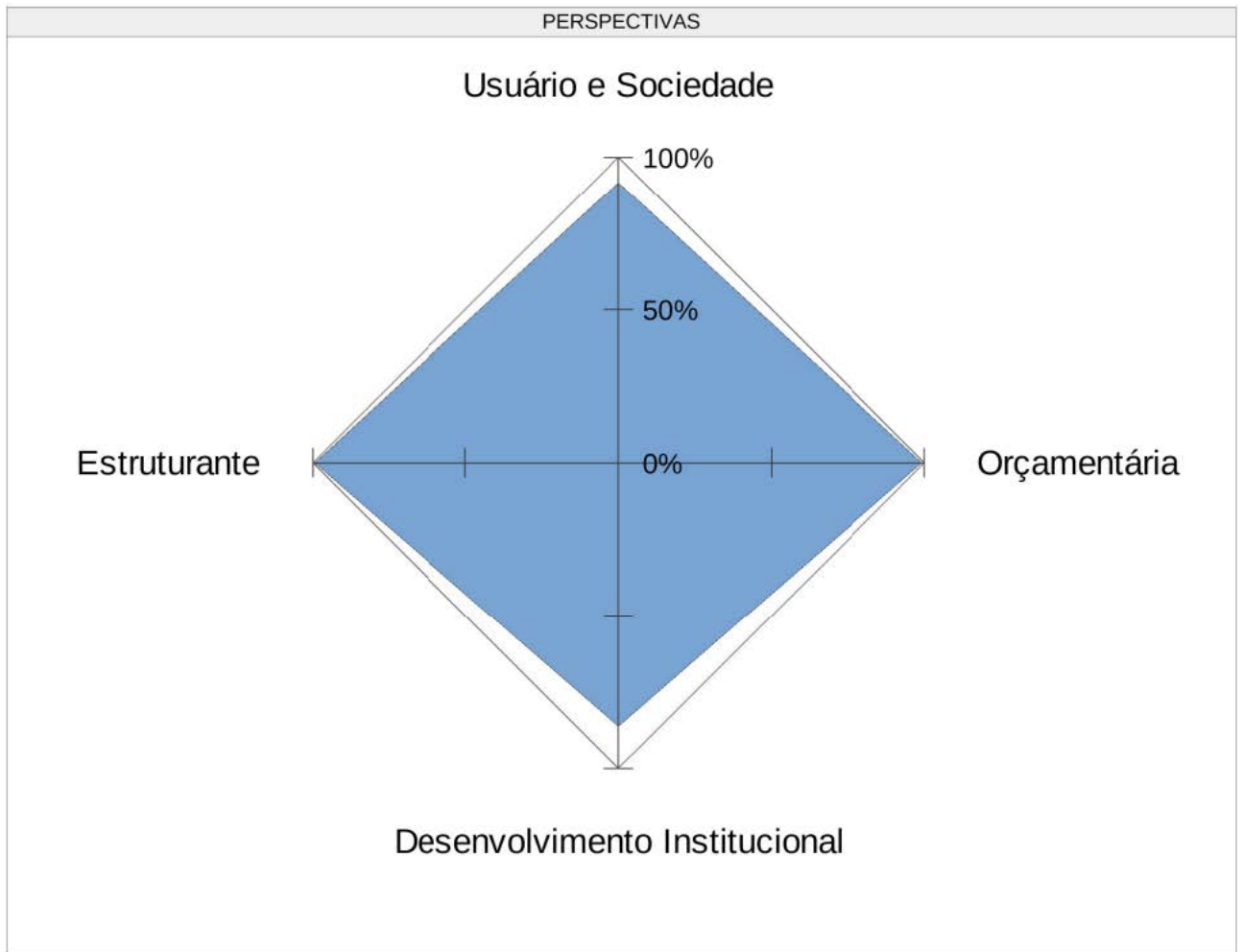
IEC - Índice de Etapa Concluída

IPE - Índice Percentual

NUEST - Núcleo de Estágio

SEXEC – Secretaria Executiva

De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do BalancedScoreCard (BSC):



Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025 e DASHBOARD de Dezembro de 2025

2.6. Orçamento Participativo



2.6.1. Apresentação

O 10º ciclo do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado do Ceará de 2025 foi muito rico, mesmo porque a Defensoria estava em permanente diálogo com os movimentos sociais por conta da execução de projetos itinerantes (no ano de 2024) como o Projeto Amar Defensoria e Defensoria em Movimento com grande número de ações realizadas e, podemos dizer que tivemos um bom número de participação em todas as 06 (seis) audiências públicas por conta dessa proximidade.

Importante salientar que em 2025 seguindo a metodologia já consolidada, a primeira fase do Orçamento Participativo da Defensoria Pública, qual seja a consulta pública (que aconteceu entre os dias 31 de janeiro a 03 de março em link hospedado no site da Defensoria), obteve 294 manifestações.

Após a elaboração do formulário com 15 propostas retiradas e reiteradas em consulta pública, deu-se a fase da realização das audiências públicas. Menciona-se que a riqueza e a efetividade desse momento de plenária é que, além da eleição das propostas a serem priorizadas pela instituição para o próximo ciclo orçamentário, outras proposições são indicadas para a melhoria da qualidade

do atendimento defensorial em todo o Estado do Ceará.

Este ano, além da realização da 4ª edição do Projeto Mutirão Transforma (com entrega de 160 certidões de registro civil retificadas) em Fortaleza, Região do Cariri e Região do Sertão de Crateús/ Inhamuns (este território por proposta em audiência pública de Crateús no ano de 2025), outras atividades serão realizadas por conta dessa voz generosa que é propiciada pelo OP da Defensoria.

O ano de 2025 iniciou o ciclo do OP com a audiência pública da Região do Centro Sul e Cariri (no auditório da Universidade Regional do Cariri) e contou com a participação de 89 pessoas, sobretudo comunidades rurais, movimento de catadores de materiais recicláveis, movimentos de luta por moradia e famílias que atua na defesa das pessoas portadoras de Transtorno de Espectro Autista - TEA.

Em seguida foi realizada a audiência pública da Região do Sertão Central e Sertão de Canindé, no Teatro da Pousada Franciscana, em Canindé/CE, com a presença de 54 participantes, notadamente povos de comunidades rurais e movimentos sindicais. A pauta se deu no fortalecimento da atuação da Defensoria nas comunidades rurais e nos distritos para que o acesso à justiça seja mais descentralizado e democrático.

A terceira audiência aconteceu no auditório da Cáritas Diocesana de Crateús, em Crateús/CE, com 115 participantes. Foi um momento de importantes intervenções, sobretudo na implementação de núcleos especializados de saúde (considerando a questão do acesso à saúde para pessoas com TEA) e de defesa das mulheres, a realização do mutirão de retificação de nome e gênero para as pessoas da região, assim como o fortalecimento das atividades itinerantes da Defensoria para facilitar o atendimento das comunidades mais distantes das sedes dos municípios. Na ocasião contamos com a presença da autoridade municipal, a Prefeita Janaína Farias.

A quarta audiência aconteceu no auditório da FAFIDAM, em Limoeiro do Norte, estiveram presentes 103 pessoas. Foi um momento de manifestações que trouxeram a história de luta das lideranças da região e da necessidade de que a Defensoria atue na defesa do meio ambiente e contra o uso de veneno nas plantações (contra a pulverização aérea). Importante ressaltar que a audiência pública aconteceu em meio a Semana Zé Maria do Tomé, em parceria com o Movimento 21 - M21.

A quinta audiência aconteceu na Região da Ibiapaba, no Teatro D. Pedro II, em Viçosa do Ceará e a pauta que mais foi debatida foi a questão do enfrentamento à violência contra a mulher, a necessidade das atividades itinerantes para a Região da Serra da Ibiapaba e o fortalecimento da participação da juventude. Estiveram nesse momento 78 pessoas.

A sexta e última audiência pública aconteceu para a Região Metropolitana de Fortaleza, no



Auditório do Centro de Formação Frei Humberto, com a massiva participação e representação de vários movimentos sociais (138 pessoas presentes). Dentre as maiores reivindicações estavam a garantia do direito à saúde, à mobilidade urbana, o enfrentamento à violência contra mulheres, a defesa da luta pelos direitos à moradia, a descentralização dos serviços da Defensoria e dos direitos para população LGBTQIA+.

2.6.2 Escolha das prioridades a partir das propostas do Formulário

O Formulário construído a partir das demandas apresentadas na Consulta Pública, com a contribuição de 294 pessoas que responderam virtualmente, continha 15 propostas que versaram, principalmente, sobre reestruturação, ampliação, agilidade e humanização do atendimento defensorial, além de demandas específicas de instalações de núcleos no interior do estado, interiorização da atuação especializada e fortalecimento de projetos de efetivação de direitos, notadamente com o foco para atividades itinerantes.

Cada participante escolhia até 10 propostas prioritárias. Na compilação final, apresentamos abaixo as propostas mais votadas:

- 1)** PROPOSTA NÚMERO 2: Realizar Mutirão da Defensoria Pública sobre as demandas da saúde em parceria com as Secretarias Estadual e Municipais
- 2)** PROPOSTA NÚMERO 10: Criar o núcleo de combate ao racismo
- 3)** PROPOSTA NÚMERO 3: Fortalecimento, ampliação interiorização do Projeto Defensoria em Movimento para que possa atender comunidades tradicionais e rurais
- 4)** PROPOSTA NÚMERO 6: Ampliar equipe multidisciplinar da Defensoria Pública para que possa realizar busca ativa para os(as) assistidos(as) em situação de rua
- 5)** PROPOSTA NÚMERO 13: Atuar junto às comunidades terapêuticas e hospitais mentais no sentido de garantir o direito das pessoas internadas
- 6)** PROPOSTA NÚMERO 5: Fortalecimento e ampliação do Núcleo de Moradia e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Ceará
- 7)** PROPOSTA NÚMERO 4: Fortalecimento, ampliação do Projeto Minha escola ensina direitos com a finalidade de promover educação em direitos humanos em municípios com grande extensão territorial/populacional

- 8)** PROPOSTA NÚMERO 8: Investir em capacitação de colaboradores, servidores e Defensores Públicos com a finalidade de propiciar um ambiente de trabalho mais saudável e humanizado
- 9)** PROPOSTA NÚMERO 11: Fortalecimento, ampliação e interiorização do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas da Defensoria Pública do Estado do Ceará
- 10)** PROPOSTA NÚMERO 14: Ampliação do Programa de Mediação Comunitária da Defensoria Pública do Estado do Ceará
- 11)** PROPOSTA NÚMERO 9: Ampliar o quadro de servidores, assessores e colaboradores da Defensoria Pública do Estado do Ceará para garantir melhor atendimento para aos(as) assistidos(as)
- 12)** PROPOSTA NÚMERO 15: Promover nova turma e ampliar o Curso de Defensoras Populares
- 13)** PROPOSTA NÚMERO 7: Implantar Núcleos Descentralizados da Defensoria Pública em bairros de Fortaleza com menor IDH, em parcerias com universidades, associações e entidades da sociedade civil
- 14)** PROPOSTA NÚMERO 12: Implantar a Rede Acolhe na Região do Cariri
- 15)** PROPOSTA NÚMERO 1: Implantar NUAPP e NUDEP na região do Cariri

2.6.3. Da realização das audiências públicas

A escuta dos movimentos sociais, entidades da sociedade civil e lideranças comunitárias de modo direto e presencial sempre é momento aterrorizar sobre a missão da instituição que é a defesa das pessoas vulnerabilizadas.

Ressalte-se que esse ano tivemos um número recorde de participação nas audiências, 577 pessoas participaram efetivamente desses momentos, sendo de primordial importância o acolhimento de parte das propostas que foram trazidas, sobretudo no que tange as atividades que a Defensoria já vem executando como o fortalecimento das atividades itinerantes para atendimento das comunidades rurais e do interior do estado.



3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal

3.1. Fontes

As fontes existentes no orçamento de 2025 da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará são:

- a) 500 – Recursos não vinculados de impostos: Responsável pelas despesas de pessoal e alguns investimentos;
- b) 500.1 – Recursos ordinários: Suplementada com o objetivo de complementar com as despesas de pessoal e custeio da Defensoria Pública;
- c) 700 – Convênios com Órgãos Federais: Recursos oriundos de convênios com Órgãos Federais
- d) 754 – Operações de Crédito Internas – Tesouro/BNDES: Operação de crédito cuja assinatura do contrato de financiamento foi no dia 28 de setembro de 2018.

Tabela 2 - QUADRO DE FONTES

Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
500.9100000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	313.324.943,00	323.356.051,15	323.308.578,30	99,99
501.1100000	RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	517.665,31	511.664,29	98,84
700.2200082	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	979.321,12	379.107,81	38,71
754.3210045	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	708.250,00	1.097.169,78	1.097.169,78	100,00
Total Geral:		314.033.193,00	325.950.207,36	325.296.520,18	99,80

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20260508152318\[ng0i1sl-34pdick51eyjv2xoj\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20260508152318[ng0i1sl-34pdick51eyjv2xoj].PDF) em 08/05/2026 às 15:23

3.2. Recursos patrimoniais

Tabela 3 - RECURSOS PATRIMONIAIS

Descrição	Balanco Patrimonial em Dez/2025
BENS MÓVEIS	42.875.888,77
BENS IMÓVEIS	44.089.520,08
DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-1.917.500,47
INTANGÍVEL	774.733,99
Valor Total	85.822.642,37

Fonte: <https://www.defensoria.ce.def.br/portal-da-transparencia/execucao-orcamentaria/balanco/>

3.3. Infraestrutura

No exercício de 2025, a Defensoria Pública do Estado do Ceará deu continuidade ao processo de fortalecimento e expansão de sua estrutura institucional, por meio da inauguração de novos núcleos de atendimento, bem como da ampliação, modernização e requalificação de unidades já existentes. As iniciativas implementadas refletem o compromisso permanente da Instituição com a ampliação do acesso à justiça, a melhoria contínua da prestação dos serviços públicos e o fortalecimento da infraestrutura necessária ao atendimento eficiente da população cearense.

As ações executadas tiveram como foco proporcionar ambientes mais acessíveis, funcionais e adequados ao acolhimento dos assistidos, além de assegurar melhores condições de trabalho para membros, servidores, colaboradores e demais usuários dos serviços institucionais. Paralelamente, a Sede Administrativa passou por importantes intervenções estruturais e tecnológicas, voltadas à modernização dos processos internos, ao aperfeiçoamento da gestão administrativa e ao incremento da eficiência operacional.

Dentre as principais realizações promovidas no exercício de 2025, destacam-se:

- Inauguração de novos núcleos de atendimento em regiões estratégicas do Estado, ampliando a capilaridade institucional e fortalecendo o acesso da população à assistência jurídica integral e gratuita;
- Execução de reformas, ampliações e modernização de unidades já existentes, garantindo maior funcionalidade, acessibilidade, conforto e eficiência nos espaços destinados ao atendimento ao público;

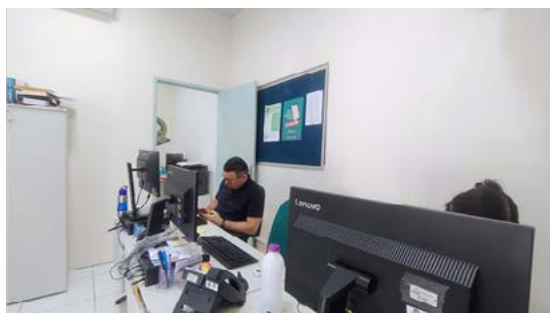


- Implementação de melhorias na Sede Administrativa, com a adoção de soluções tecnológicas, aperfeiçoamento de processos de gestão e modernização da infraestrutura administrativa, contribuindo para maior integração, celeridade e eficiência institucional;
- Fortalecimento da política de infraestrutura institucional, alinhando os espaços físicos às diretrizes de governança, inovação e melhoria contínua dos serviços prestados pela Defensoria Pública.

As iniciativas desenvolvidas ao longo do ano reafirmam o compromisso da Defensoria Pública do Estado do Ceará com a excelência na prestação dos serviços públicos, a modernização administrativa e a promoção do acesso democrático à justiça, consolidando uma atuação cada vez mais próxima, eficiente e acessível à população cearense.

INAUGURAÇÕES DPGE 2025

NUAPP Centro – DECAP / Custódia – 10/03/25



Localizado na Rua Antônio Pompeu, nº 260-D, Centro, Fortaleza, o novo espaço foi inaugurado em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSPDS) e a Polícia Civil, ao lado da Vara Única de Audiência de Custódia. Funcionando de segunda a sexta, das 8h às 17h, o núcleo oferece atendimento humanizado a presos provisórios e suas famílias, ampliando o acesso à justiça no momento crítico da custódia. A iniciativa reduz deslocamentos e proporciona suporte imediato aos assistidos.

NUDESA Cariri – 14/03/25



A Defensoria Pública inaugurou, na sede de Juazeiro do Norte (Avenida Presidente Médici, nº 631, Lagoa Seca), o Núcleo de Defesa da Saúde (Nudesa) Cariri, atendendo a uma demanda histórica da sociedade nos Orçamentos Participativos. O Núcleo de Atendimento Inicial em Saúde - NAIS atende as cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, criando um fluxo administrativo para resolver demandas de exames, consultas e medicamentos antes da judicialização, em parceria com as secretarias municipais e estadual de saúde.

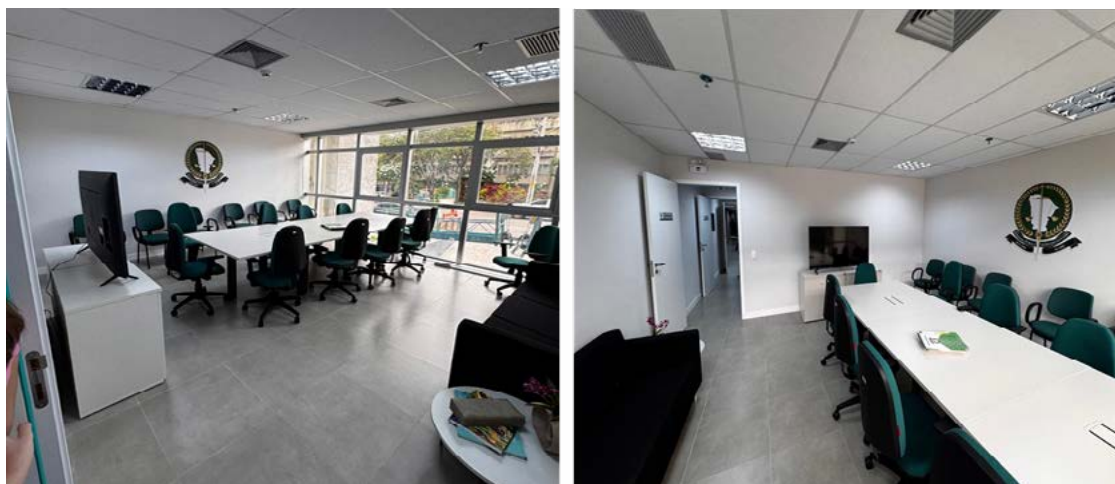
Espaço Cuca Barra do Ceará – 01/04/25





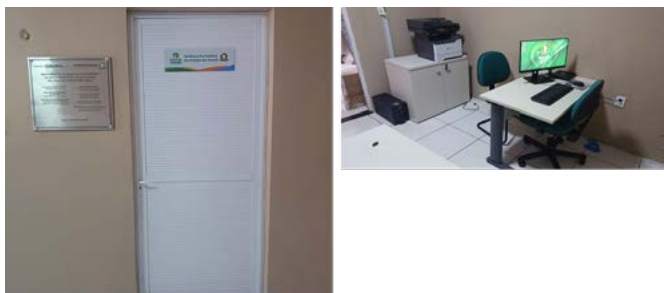
Primeiro posto de atendimento da Defensoria na Rede Cuca, localizado na Avenida Presidente Castelo Branco, 6417, Barra do Ceará, em parceria com a Secretaria de Juventude de Fortaleza. Com 21 m² divididos em recepção e gabinete, o espaço funciona de terça a sexta, das 8h às 17h, oferecendo atendimento nas áreas cível, família, consumidor, infância e juventude. A iniciativa descentraliza os serviços jurídicos gratuitos, levando cidadania às periferias e às juventudes da Regional I.

Sala Defensoria no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – 02/04/25



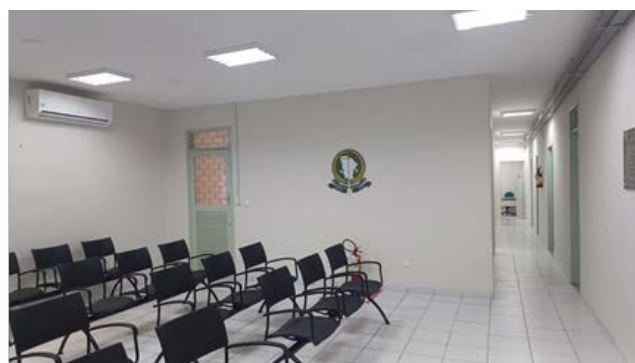
A Defensoria Pública inaugurou uma sala de atendimento no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, localizada na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza. Com 50 m² divididos em recepção, sala de atendimento de plantão e sala de reuniões, o espaço foi cedido pelo TJCE para ampliar o acesso à justiça e agilizar os fluxos processuais entre as instituições, beneficiando diretamente os assistidos da capital.

Núcleo de Icapuí – 09/04/25



A Defensoria Pública inaugurou sala de atendimento na primeira Casa do Cidadão de Icapuí, localizada na Rua dos Porfírios, s/n, Centro. A unidade elimina a necessidade de deslocamento da população até Aracati (mais de 100 km), garantindo acesso à justiça de forma ágil e prática. A conquista é fruto de demanda popular reiterada nos Orçamentos Participativos e do projeto “Amar Defensoria”, voltado aos povos do mar. O atendimento é realizado pelo defensor titular de Aracati.

Núcleo de Itapipoca – 01/07/25



A Defensoria inaugurou sede própria em Itapipoca, na Rua Sete de Setembro, nº 35, Centro, em parceria com o Tribunal de Justiça do Ceará. Com 179,47 m², a nova estrutura conta com três gabinetes individualizados, sala de mediação, área de triagem, recepção adequada e salas para assessoria e estagiários. Antes instalada no fórum da cidade, a unidade agora oferece melhor acolhimento e celeridade às demandas jurídicas, beneficiando a população do município e distritos vizinhos.

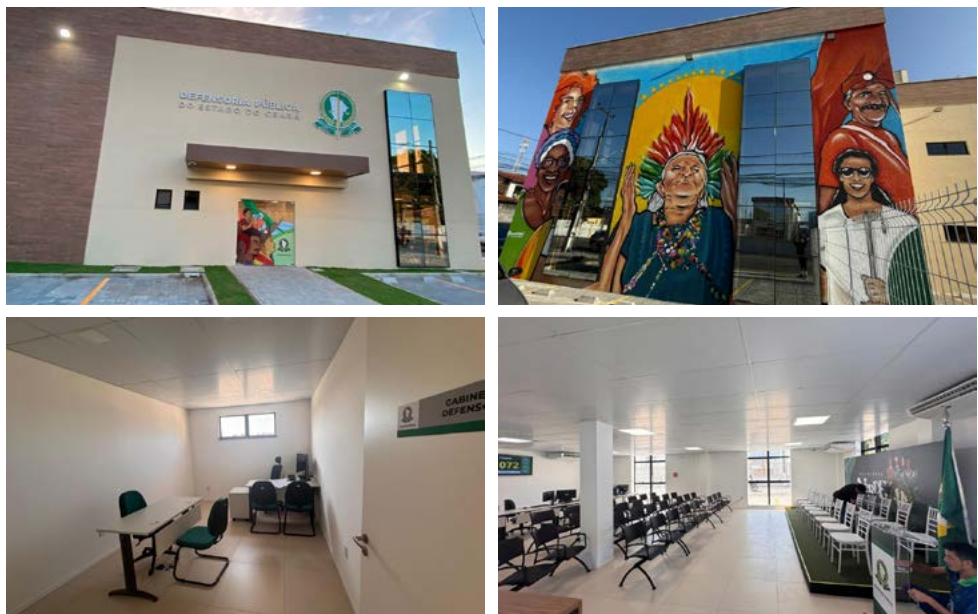


Núcleo de Situação Carcerária – Cariri – 18/08/25



A Defensoria inaugurou o Núcleo de Situação Carcerária do Cariri, instalado na unidade de Juazeiro do Norte, no bairro Lagoa Seca. Com funcionamento em dias úteis, das 8h às 14h, o espaço oferece atendimento jurídico e social humanizado para pessoas privadas de liberdade e seus familiares, além de acompanhamento de internos em unidades prisionais, atuação em processos disciplinares, visitas institucionais e canal para denúncias de violações de direitos. A nova estrutura atende a uma demanda histórica da região caririense e representa o primeiro núcleo especializado nessa atuação no Ceará, um dos primeiros do Brasil, contando com defensores dedicados e equipe multidisciplinar.

Núcleo de Caucaia – 26/08/25



A Defensoria entregou a segunda maior sede do interior, localizada na Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 384, Centro, próximo à UPA de Caucaia. Com 1.290,46 m² distribuídos em dois andares, o prédio conta com recepção para 80 pessoas, brinquedoteca, 17 gabinetes, três salas de mediação,

sala da família, sala de reunião, estacionamento e áreas administrativas. A nova estrutura atende a uma demanda histórica da segunda maior cidade do Estado, que registrou mais de 94 mil procedimentos em 2024, e oferece condições adequadas para 18 defensores e 28 colaboradores.

Núcleo de Maranguape – 02/09/25

A Defensoria inaugurou sede exclusiva em Maranguape, na Rua José de Paula Cavalcante, nº 39, Bairro Outra Banda, deixando o atendimento que era realizado no Fórum da cidade. Com 162,54 m², o espaço possui gabinetes, sala de mediação, recepção, sala de espera e triagem. Esta é a sexta sede entregue no interior na atual gestão, reforçando a interiorização e a proximidade com a população.



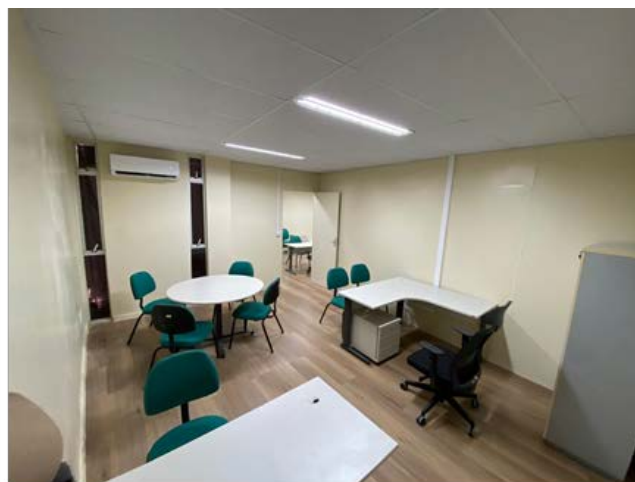
Núcleo de Massapê – 09/09/25

A Defensoria Pública iniciou sua atuação em Massapê, município da Região Norte, com sala de atendimento na Casa da Cidadania (Rua Major Paulino, s/n, Centro). A unidade funciona de segunda a sexta, das 8h às 14h, e consolida a presença da instituição em 105 municípios cearenses. O atendimento é coordenado pela defensora pública Ceane Sena, titular da comarca, e atende cerca de 40 mil habitantes que antes não contavam com assistência jurídica gratuita no município.



PopRua TRE – 30/09/25

Marco do atendimento humanizado à população em situação de rua, o espaço PopRua TRE é o primeiro da Defensoria dedicado exclusivamente a esse público no Centro de Fortaleza. Localizado no prédio da Secretaria da Proteção Social (SPS), na Rua Jaime Benévolo, nº 21, em área de 100 m² integrada à estrutura já existente, o núcleo funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com equipes do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas (NDHAC), do Núcleo de Execução Penal (Nudep) e do setor psicossocial. O modelo ocupa um endereço que já concentra a Casa do Cidadão, o Centro de Referência sobre Drogas, o Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua (Cepop) e conselhos estaduais. A unidade conta com recepção, sala de espera, gabinetes para atendimento jurídico, espaço para mediação e acolhimento psicossocial.



Defensoria Verde de Trairi – 30/09/25

Marco do projeto Defensoria Verde, a sede de Trairi é a primeira unidade sustentável do sistema de Justiça do Ceará. Localizada na Praça do Fórum (Rua Fortunato Barroso, Centro), em terreno de 300 m² cedido pela Prefeitura, a construção de 138 m² utiliza tecnologia EMRI (Espaços Multi-usos de Rápida Instalação) com módulos pré-fabricados, termoacústicos e preparados para painéis fotovoltaicos. O modelo reduz em até 70% os resíduos da obra, permite desmontagem e remontagem, e garante rapidez na implantação. A unidade conta com recepção, copa, três banheiros (um acessível), três gabinetes, salas de atendimento, espera, triagem e mediação.



Defensoria Verde de Beberibe – 22/10/25

Segunda sede do projeto Defensoria Verde, inaugurada na Rua Joaquim Facó, nº 244, Bairro Novo Planalto, em terreno doado pela Prefeitura. Com 138 m² a partir de quatro módulos Espaços Multiusos de Rápida e Instalação - EMRI, a unidade possui estrutura para dois defensores, três gabinetes, salas de atendimento, mediação, triagem, espera, recepção, copa e banheiros acessíveis. O projeto mantém os mesmos padrões sustentáveis de Trairi: aproveitamento de luz natural, preparação para painéis fotovoltaicos, redução de resíduos e baixo impacto sonoro na construção. A iniciativa reforça o compromisso da Defensoria com a interiorização aliada à responsabilidade socioambiental.



REFORMAS E MELHORIAS DPGE 2025

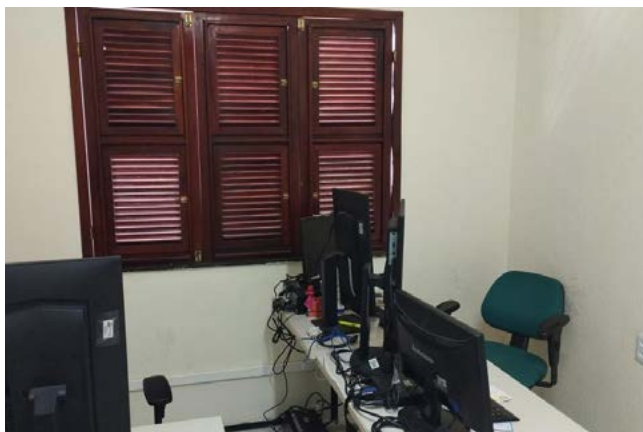
Manutenção na sala da Assessoria de Inovação

Com o objetivo de garantir a operacionalidade da infraestrutura administrativa, realizou-se manutenção no setor da ASIN, localizado na Av. Pinto Bandeira, N° 1111, Engenheiro Luciano Cavalcante, Fortaleza. A intervenção assegurou melhores condições de trabalho para a equipe e a preservação dos equipamentos.



Manutenção do Núcleo de Pacajus

A unidade da Defensoria em Pacajus, localizada na Rua Sebastião Nogueira nº 524, Croatá II, passou por manutenção preventiva e corretiva. A ação reforça o compromisso institucional com a conservação dos espaços e a qualidade do atendimento à população do município.



NUDEM – Casa da Mulher Brasileira

Foram realizados serviços de manutenção no espaço do NUDEM (Núcleo de Defesa da Mulher) na Casa da Mulher Brasileira, na Rua Tabuleiro do Norte s/n, Couto Fernandes, Fortaleza. A intervenção visa oferecer um ambiente mais acolhedor, seguro e funcional para as mulheres em situação de violência que buscam os serviços da Defensoria.



NUDECON – (Núcleo de Defesa do Consumidor)

Com o objetivo de adequar e modernizar o ambiente de trabalho, foi realizada a manutenção e reestruturação na Sala do Contador do Núcleo de Defesa do Consumidor - NUDECON, na Cidade dos Funcionários (Rua Júlio Lima nº 770). A melhoria garante maior organização, conforto e eficiência para a equipe técnica.



3º e 4º Juizado de Violência Doméstica – Fórum

Foram executadas melhorias nos espaços destinados aos 3º e 4º Juizados de Violência Doméstica, localizados no Fórum Clóvis Beviláqua (Rua Des. Floriano Benevides Magalhães, nº 220, Fortaleza). A intervenção assegurou um ambiente mais adequado para o atendimento especializado a mulheres em situação de violência, com foco em acolhimento e privacidade.



Manutenção da Subestação da Sede

Visando garantir a segurança elétrica e a continuidade do fornecimento de energia na Sede Administrativa, realizou-se manutenção na subestação localizada na Av. Pinto Bandeira, N° 1111. A ação preventiva evita interrupções e assegura o funcionamento ininterrupto das atividades institucionais.



Manutenção do Núcleo de Maracanaú

O Núcleo de Maracanaú, localizado no Shopping Feira Center (Avenida 1, nº 17, Conjunto Jereissati I), passou por serviços de manutenção geral. A iniciativa preserva a infraestrutura da unidade e mantém a qualidade do atendimento à população da Região Metropolitana.



Projeto Sustentabilidade – ASCAJAN (Sede Administrativa)

No âmbito do compromisso ambiental da Defensoria, foi implementado o Projeto Sustentabilidade da Associação dos Catadores do Jangurussu - ASCAJAN, na Sede Administrativa, na Av. Pinto Bandeira, nº 1.111. A iniciativa incluiu ações de conscientização e adequações para redução de resíduos, economia de recursos e promoção de práticas sustentáveis no ambiente institucional.



3.4. Quadro de pessoal

Tabela 4 – QUADRO DE PESSOAL

SITUAÇÃO FUNCIONAL	Número de Servidores / Colaboradores
Defensores Públicos Ativos (a)*	376
Defensores Públicos Inativos (b)*	83
Total de Defensores Públicos (a+b)	459
Servidores Administrativos (a)*	4
Servidores de Outros Órgãos (Cargo Comissionado) (b)*	1
Servidores (Exclusivamente Cargo Comissionados) (c)*	116
Servidores Inativos (d)*	2
Total de Servidores (a+b+c+d)	123
Prestação de Serviço Terceirizado (LAR ANTÔNIO DE PÁDUA) (a)**	182
Prestação de Serviço Terceirizado (NORTH) (b)**	45
Prestação de serviço Terceirizado (EUROSERV) (c)**	65
Prestação de serviço Terceirizado (THOMPSON) (d)**	7
Prestação de serviço Terceirizado (IMPACTO) (e)**	140
Prestação de serviço Terceirizado (NEW LEAF CONCEITO) (f)**	41
Prestação de serviço Terceirizado (EDSERV LOCAÇÕES) (g)**	20
Estagiários Nível Pós Graduação (h)*	266
Estagiários Nível Superior (Universitários) (i)*	305
Bolsistas Nível Médio (Projeto Primeiro Passo) (j)*	96
Total – Prestação de Serviço e Estagiários (a+b+c+d+e+f+g+h+i+j)	1.167
Total Geral	1.749

Fonte: *SEGEP em 11/05/2026

**GETER em 12/05/2026



Outros Serviços de Terceiros:

a) Empresas Prestadoras de Serviço Administrativo (Lar Antônio de Pádua, North Serviços de Segurança EIRELI, Euroserv Business & Negócios Terceirizados LTDA, Thompson Segurança LTDA, Impacto Serviços Terceirizados LTDA, New Leaf Conceito e Serviços Terceirizados LTDA e Edserv Locações e Serviços LTDA).

b) Estagiários (Nível Superior e Pós Graduação)

c) Bolsistas (Nível Médio - Projeto Primeiro Passo)

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

4.1. Execução dos programas de governo

Tabela 5 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
194	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	304.219.791,40	303.566.764,76	99,79
421	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	21.730.415,96	21.729.755,42	100,00
Total		325.950.207,36	325.296.520,18	99,80

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226141335\[ur3o533o-gq54jfl2lk2wtdrp\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226141335[ur3o533o-gq54jfl2lk2wtdrp].PDF) em 11/05/2026 às 10:09

Tabela 6 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Empenhado(E)	Pago (P)	% P/E
194	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	303.566.764,76	302.394.691,89	99,61
421	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	21.729.755,42	21.343.472,03	98,22
Total		325.296.520,18	323.738.163,92	99,52

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226141335\[ur3o533o-gq54jfl2lk2wtdrp\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226141335[ur3o533o-gq54jfl2lk2wtdrp].PDF) em 11/05/2026 às 10:09



421 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

O programa “Programa 421 – Gestão Administrativa do Ceará” é executado por dois órgãos: a “Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará” e o “Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”.

Tabela 7 – VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 421

Órgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060000	421	1.500.9100000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	21.730.415,96	21.729.755,42	100,00
Total				21.730.415,96	21.729.755,42	100,00

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226150142\[ur3o533ogq-54jfl2lk2wtdrp\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226150142[ur3o533ogq-54jfl2lk2wtdrp].PDF) em 11/05/2026 às 10:26

194 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Tabela 8 – VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 511

Órgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060000	194	500.9100000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	301.625.635,19	301.578.822,88	99,98
060000	194	501.1100000	RECURSOS ORDINÁRIOS	517.665,31	511.664,29	98,84
060000	194	700.2200082	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	979.321,12	379.107,81	38,71
060000	194	754.3210045	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	1.097.169,78	1.097.169,78	100,00
Total				304.219.791,40	303.566.764,76	99,79

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226150142\[ur3o533ogq-54jfl2lk2wtdrp\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226150142[ur3o533ogq-54jfl2lk2wtdrp].PDF) em 11/05/2026 às 10:43

4.2. Execução dos projetos e atividades

421 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

Tabela 9 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 421

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
421	10154	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - DPGE	357.804,26	357.551,42	99,93
421	10263	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	357.515,70	357.108,00	99,89
421	10388	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE	0,00	0,00	0,00
421	10503	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA ADMINISTRATIVA - DPGE.	0,00	0,00	0,00
421	20134	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - DPGE.	9.861.881,80	9.861.881,80	100,00
421	20256	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	21.118,20	21.118,20	100,00
421	20478	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - DPGE	11.132.096,00	11.132.096,00	100,00
Total			21.730.415,96	21.729.755,42	100,00

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_2026051111158\[dsqhb0lxdfi-2xtlezl4mivym\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_2026051111158[dsqhb0lxdfi-2xtlezl4mivym].PDF) em 11/06/2026 às 11:11



Tabela 10 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 421

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% (P/E)
421	10154	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - DPGE	357.551,42	13.551,42	3,79
421	10263	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	357.108,00	333.948,00	93,51
421	10388	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE	0,00	0,00	0,00
421	10503	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA ADMINISTRATIVA - DPGE.	0,00	0,00	0,00
421	20134	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - DPGE.	9.861.881,80	9.842.758,41	99,81
421	20256	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	21.118,20	21.118,20	100,00
421	20478	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - DPGE	11.132.096,00	11.132.096,00	100,00
Total			21.729.755,42	21.343.472,03	98,22

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20260511111158\[dsqhb0lxdfi-2xtlezl4mivym\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20260511111158[dsqhb0lxdfi-2xtlezl4mivym].PDF) em 11/06/2026 às 11:11

194 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Tabela 11 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 194

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
194	11018	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONTAGENS E INSTALAÇÕES (PMAE – COMPII)	1.617.335,09	1.611.334,07	99,63
194	11021	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE (PMAE- COMP V)	0,00	0,00	0,00
194	11034	FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE E SEUS FAMILIARES	414.267,79	409.088,32	98,75
194	11726	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO	593.860,56	593.860,56	100,00
194	11727	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA AS VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES GRAVES CONTRA A PESSOA	618.053,33	0,00	0,00



194	11730	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA TECNOLÓGICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA	756.953,43	756.953,43	100,00
194	11731	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA FÍSICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA.	958.946,05	958.946,05	100,00
194	13169	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA (COMP. I).	0,00	0,00	0,00
194	13170	IMPLANTAÇÃO DE ECO NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA (COMP. II).	0,00	0,00	0,00
194	13171	RENOVAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA (COMP. III).	0,00	0,00	0,00
194	13966	APOIO A PROJETOS DE INTERIORIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ.	731.173,00	731.173,00	100,00
194	20685	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA	4.750.000,00	4.749.398,37	99,99

194	20722	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA.	432.000,00	432.000,00	100,00
194	20734	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – FOLHA NORMAL.	293.347.202,15	293.324.010,96	99,99
194	20735	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – FOLHA COMPLEMENTAR	0,00	0,00	0,00
Total			304.219.791,40	303.566.764,76	99,79

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20260511111158\[dsqhb0lxdfi-2xtlezl4mivym\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20260511111158[dsqhb0lxdfi-2xtlezl4mivym].PDF) em 11/06/2026 às 11:11

Tabela 12 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 194

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% (P/E)
194	11018	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONTAGENS E INSTALAÇÕES (PMAE – COMPII)	1.611.334,07	1.611.334,07	100,00
194	11021	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE (PMAE- COMP V)	0,00	0,00	0,00
194	11034	FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE E SEUS FAMILIARES	409.088,32	409.088,32	100,00
194	11726	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO	593.860,56	300.000,00	50,52



194	11727	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA AS VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES GRAVES CONTRA A PESSOA	0,00	0,00	0,00
194	11730	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA TECNOLÓGICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA	756.953,43	730.303,43	96,48
194	11731	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA FÍSICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA.	958.946,05	926.496,05	96,62
194	13169	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA (COMP. I).	0,00	0,00	0,00
194	13170	IMPLANTAÇÃO DE ECO NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA (COMP. II).	0,00	0,00	0,00
194	13171	RENOVAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA (COMP. III).	0,00	0,00	0,00
194	13966	APOIO A PROJETOS DE INTERIORIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ.	731.173,00	0,00	0,00

194	20685	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA	4.749.398,37	4.749.398,37	100,00
194	20722	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA.	432.000,00	396.000,00	91,67
194	20734	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – FOLHA NORMAL.	293.324.010,96	293.272.071,65	99,98
194	20735	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – FOLHA COMPLEMENTAR	0,00	0,00	0,00
Total			303.566.764,76	302.394.691,89	99,61

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20260511111158\[dsqhb0lxdfi-2xtlezl4mivym\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20260511111158[dsqhb0lxdfi-2xtlezl4mivym].PDF) em 11/06/2026 às 11:11



5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

5.1. Indicadores de Gestão

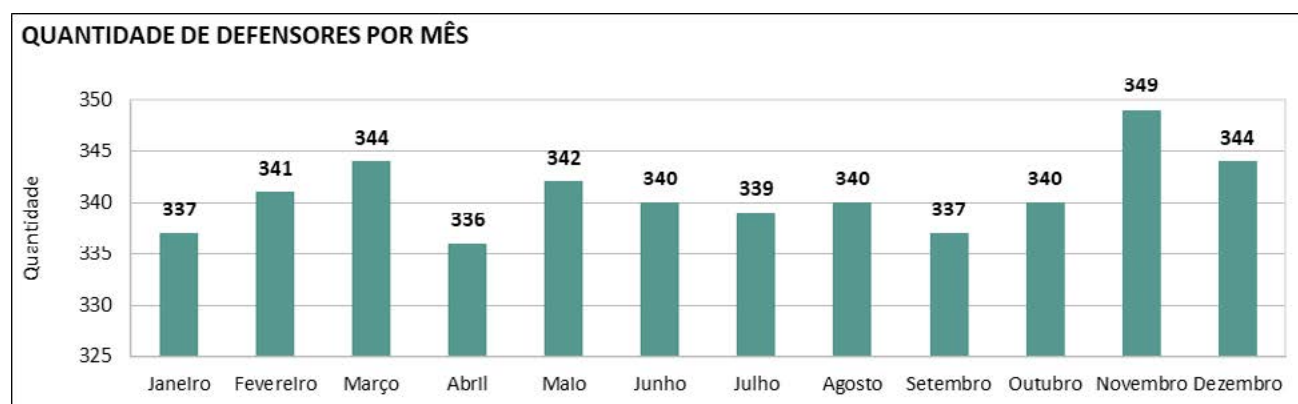


Tabela 13 – QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

Mês	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez
Quantidade	337	341	344	336	342	340	339	340	337	340	349	344

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 29/04/2026. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2025.

Tabela 14 – GESTÃO POR RESULTADOS

ATIVIDADE	NÚCLEO	FONTE	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PROCEDI- MENTOS	CAP+ INTERIOR	ND + SIC + SIRDP + SOLAR	757.499	635.299	736.874	844.517	954.786	1.117.877	1.028.407
ACOLHIMENTOS	2º GRAU	ND	0	1.617	12.603	6.817	2.606	11.772	14.624
ACOLHIMENTOS	ACARAPE	ND	0	0	0	0	0	10	0
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	ND	0	242	1.195	231	39	335	1.714
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	ND	536	661	512	680	522	493	331
ACOLHIMENTOS	ACOIARA	ND	0	0	0	0	2	757	356
ACOLHIMENTOS	ALECE	ND	0	0	0	0	3	0	35
ACOLHIMENTOS	ALO DEFENSORIA	ND	0	9.897	23.851	26.193	32.973	32.616	25.568
ACOLHIMENTOS	AMONTADA	ND	0	0	0	254	671	1.121	689
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	ND	0	626	389	30	393	2.230	3.778
ACOLHIMENTOS	ARACATI	ND	0	1.420	8.254	4.124	2.871	6.731	11.563
ACOLHIMENTOS	ARACOIABA	ND	0	0	0	0	0	370	94
ACOLHIMENTOS	ALTO SANTO	ND	0	0	0	0	0	0	2



ACOLHIMENTOS	ARC	ND	0	0	0	0	0	0	295
ACOLHIMENTOS	ASPRO	ND	0	0	0	0	0	0	596
ACOLHIMENTOS	AURORA	ND	0	0	0	0	0	102	0
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	ND	0	264	3.778	5.740	7.813	9.558	10.053
ACOLHIMENTOS	BARRO	ND	0	0	0	0	0	0	4
ACOLHIMENTOS	BATURITÉ	ND	0	0	554	2.669	2.326	5.888	8.052
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	ND	0	53	107	311	1.273	1.509	2.077
ACOLHIMENTOS	BELA CRUZ	ND	0	0	0	0	0	3	0
ACOLHIMENTOS	BOA VIAGEM	ND	0	0	0	288	760	834	1.048
ACOLHIMENTOS	BOM JARDIM	ND	0	0	0	1.135	2.327	1.692	1.889
ACOLHIMENTOS	BREJO SANTO	ND	0	0	0	303	398	555	1.463
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	ND	143	53	735	1.608	1.126	3.206	6.701
ACOLHIMENTOS	CAMPOS SA- LES	ND	0	0	0	0	0	0	1
ACOLHIMENTOS	CANINDÉ	ND	0	0	1	1.102	1.828	6.042	7.472
ACOLHIMENTOS	CARIRIAÇU	ND	0	0	0	0	0	0	7
ACOLHIMENTOS	CARIRI	ND	0	0	0	0	0	0	1.724
ACOLHIMENTOS	CASCAVEL	ND	0	0	0	0	1.537	3.771	4.156
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	ND	0	6.655	26.811	32.603	38.857	55.906	67.221
ACOLHIMENTOS	CDC/CDI	ND	0	0	0	0	3	72	156
ACOLHIMENTOS	CEDRO	ND	0	0	0	0	99	1	0
ACOLHIMENTOS	CEARÁ COM DIREITOS	ND	0	0	0	0	0	0	178
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	ND	0	17.163	16.310	35.033	40.156	50.415	52.379
ACOLHIMENTOS	CHAVAL	ND	0	0	0	616	244	5	0

ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	ND	7	0	1.476	64	14	2.109	3.932
ACOLHIMENTOS	CRATO	ND	0	4.941	8.713	5.297	10.617	31.045	61.757
ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	ND	0	8.527	17.314	14.374	12.743	31.751	36.191
ACOLHIMENTOS	CJR	ND	0	0	0	0	0	45	26
ACOLHIMENTOS	CRUZ	ND	0	0	0	0	0	43	1
ACOLHIMENTOS	CUSTÓDIA	ND	0	0	0	0	0	2	151
ACOLHIMENTOS	CUCA	ND	0	0	0	0	0	0	511
ACOLHIMENTOS	CURADORIAS ESPECIAIS	ND	0	0	0	0	0	1.119	1.510
ACOLHIMENTOS	DEF EM MOV	OU- TROS	0	0	0	0	0	374	736
ACOLHIMENTOS	DELITOS SO- BRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS	ND	0	0	462	1.828	1.217	390	276
ACOLHIMENTOS	DELITOS DE	ND	0	0	0	520	375	449	516
ACOLHIMENTOS	DONA DEDE	DONA DEDE	0	16.092	24.563	19.400	19.900	4.868	15.603
ACOLHIMENTOS	EXECUÇÃO FISCAL	ND	0	0	0	140	212	901	572
ACOLHIMENTOS	EUSÉBIO	ND	0	0	0	0	0	3.129	5.863
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	ND	1	39.041	45.309	75.683	72.917	91.286	95.124
ACOLHIMENTOS	FARIAS BRITO	ND	0	0	0	0	0	359	952
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PUB	ND	0	2.257	6.472	6.183	5.399	13.912	21.423
ACOLHIMENTOS	GRANJA	ND	0	0	0	0	0	582	500



ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	ND	0	45	104	157	383	1.261	1.355
ACOLHIMENTOS	IBIAPINA	ND	0	0	0	0	0	44	0
ACOLHIMENTOS	IBICUITINGA	ND	0	0	0	0	0	13	67
ACOLHIMENTOS	ICAPUÍ	ND	0	0	0	0	0	0	117
ACOLHIMENTOS	ICÓ	ND	0	0	0	0	0	1.589	3.000
ACOLHIMENTOS	IDOSO	ND + SGA	7.915	2.989	2.653	5.314	7.201	17.589	21.839
ACOLHIMENTOS	IES	ND	0	0	0	0	0	2	11
ACOLHIMENTOS	IGUATU	ND	0	882	6.960	5.221	7.206	21.361	24.612
ACOLHIMENTOS	INDEPENDÊNCIA	ND	0	0	0	0	92	0	0
ACOLHIMENTOS	IPÚ	ND	0	192	1.482	0	0	427	673
ACOLHIMENTOS	IPUEIRAS	ND	0	0	0	0	0	11	0
ACOLHIMENTOS	IRACEMA	ND	0	0	0	0	0	0	39
ACOLHIMENTOS	ITAITINGA	ND	0	0	0	313	449	1.577	3.346
ACOLHIMENTOS	ITAPIPOCA	ND	0	0	0	0	337	367	1.685
ACOLHIMENTOS	ITAREMA	ND	0	0	0	0	0	35	242
ACOLHIMENTOS	JOÃO XXIII	ND	7.022	5.892	10.685	14.317	18.307	27.571	40.279
ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	ND	3.646	8.342	20.918	31.324	32.282	44.715	66.099
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	ND	0	787	3.357	10.970	13.212	24.264	32.744
ACOLHIMENTOS	JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA	ND	0	0	0	2.248	3.002	4.556	9.443

ACOLHIMENTOS	JÚRI	ND	0	0	255	915	555	1.394	2.746
ACOLHIMENTOS	JUÍZO MILITAR	ND	0	1	0	0	0	92	143
ACOLHIMENTOS	LAVRAS DA MANGABEIRA	ND	0	0	0	0	43	1.989	2.766
ACOLHIMENTOS	LIMOEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	3	638	6.693	9.404
ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	ND + SGA	0	9.750	8.037	10.078	5.200	13.198	14.321
ACOLHIMENTOS	MARAN-GUAPE	ND	1.560	1.433	1.903	3.875	4.537	7.011	8.642
ACOLHIMENTOS	MARCO	ND	0	0	0	0	0	5	7
ACOLHIMENTOS	MASSAPÊ	ND	0	0	0	0	0	0	227
ACOLHIMENTOS	MAURITI	ND	0	0	0	0	0	0	6
ACOLHIMENTOS	MEU PAI TEM NOME	ND	0	0	0	0	0	44	27
ACOLHIMENTOS	MOMBAÇA	ND	0	0	0	0	0	283	303
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	ND	0	45	300	0	111	1.134	2.598
ACOLHIMENTOS	MORRINHOS	ND	0	0	0	0	0	5	4
ACOLHIMENTOS	MUCURIBE	ND	234	996	3.882	5.902	687	1.111	3.698
ACOLHIMENTOS	NADIJ	ND	197	2.727	4.048	3.855	2.413	7.850	8.689
ACOLHIMENTOS	NÃO INFO	-	412	24.119	612	377	25	6.380	19.943
ACOLHIMENTOS	NAPI	ND + SGA	43.166	21.673	24.638	32.988	37.218	44.067	40.783
ACOLHIMENTOS	NDHAC	-	0	173	0	2	1	292	195
ACOLHIMENTOS	NOVA RUSSAS	ND	0	0	0	115	268	406	241



ACOLHIMENTOS	NUAUX	ND	0	0	7	69	56	2.159	1.732
ACOLHIMENTOS	NUAJA	ND	0	1.046	3.722	3.436	4.154	6.880	6.860
ACOLHIMENTOS	NUAPP	SIC	0	1.265	4.008	2.058	3.107	22.322	5.992
ACOLHIMENTOS	NUDECON	-	3.684	2.771	4.519	5.068	13.429	16.434	21.171
ACOLHIMENTOS	NUDEM	ND	0	2.427	8.473	3.743	3.730	6.191	7.810
ACOLHIMENTOS	NUDEP	SIC	0	1.501	3.629	2.873	320	137	943
ACOLHIMENTOS	NUDESA	ND + SGA	21.550	25.804	29.707	50.522	83.210	76.305	60.841
ACOLHIMENTOS	NÚCLEO DA JUSTIÇA 4.0	ND	0	0	0	0	0	0	1
ACOLHIMENTOS	NUHAM	ND	0	34	9	281	381	513	444
ACOLHIMENTOS	NURDP	ND + SGA	4.743	3.126	5.876	9.507	8.258	12.712	11.763
ACOLHIMENTOS	NUSOL	ND + SGA	4.086	4.984	12.479	14.818	10.819	11.708	11.010
ACOLHIMENTOS	OUTROS	ND	0	8.933	30.395	46.804	53.340	74.712	74.281
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	-	332	289	0	0	0	0	0
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	ND	2.557	603	1	20	1.562	1.979	1.474
ACOLHIMENTOS	PACATUBA	ND	0	52	685	446	474	2.149	3.430
ACOLHIMENTOS	PARACURU	ND	0	0	0	0	0	0	217
ACOLHIMENTOS	PROJETO AMAR	ND	0	0	0	0	0	0	321
ACOLHIMENTOS	PROJETO ACOLHER	ND	0	0	0	0	1	0	231
ACOLHIMENTOS	PROJETO PIPA	ND	0	0	0	0	0	983	1.401

ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	-	0	65	3.280	2.370	6.803	8.856	12.682
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	ND	0	891	5.250	1.923	1.962	14.226	18.667
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMOBIM	ND	0	194	352	0	181	1.901	825
ACOLHIMENTOS	REDENÇÃO	ND	0	0	1	0	560	918	1.217
ACOLHIMENTOS	REGISTROS PÚBLICOS	ND	0	0	0	0	22	288	96
ACOLHIMENTOS	RERIUTABA	ND	0	0	0	0	0	0	1
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	ND	0	326	1.975	772	531	5.135	2.204
ACOLHIMENTOS	SANTA QUITÉRIA	ND	0	0	0	13	3	98	53
ACOLHIMENTOS	SÃO BENEDITO	ND	0	0	0	0	0	128	433
ACOLHIMENTOS	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	ND	0	0	0	0	39	437	659
ACOLHIMENTOS	SENADOR POMPEU	ND	0	0	0	0	72	13	5
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	ND	16.862	8.685	26.231	30.232	31.822	42.027	42.253
ACOLHIMENTOS	SOLONÓPOLE	ND	0	0	0	0	0	172	75
ACOLHIMENTOS	SUB-REGISTRO	ND	0	0	0	1	0	47	40
ACOLHIMENTOS	SUCESSÕES	ND	0	1.765	5.427	7.462	8.870	7.685	8.750
ACOLHIMENTOS	TABULEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	0	596	1.042	808
ACOLHIMENTOS	TAMBORIL	ND	0	0	0	0	0	26	9
ACOLHIMENTOS	TAUÁ	ND	0	0	7	13	177	414	227



ACOLHIMENTOS	TIANGUÁ	ND	0	0	1	4	113	1.087	1.729
ACOLHIMENTOS	TRAIRI	ND	0	0	0	488	503	1.017	1.509
ACOLHIMENTOS	TRIBUNAIS SUPERIORES	ND	0	0	0	1	0	32	163
ACOLHIMENTOS	TURMAS RECURSAIS	ND	0	0	0	0	0	15	1
ACOLHIMENTOS	VÁRZEA ALEGRE	ND	0	0	0	109	300	92	51
ACOLHIMENTOS	VIÇOSA DO CEARÁ	ND	0	0	749	652	1.561	8.004	7.015
NPBD – Estimativa do número de pessoas beneficiadas diretamente			876.152	889.615	1.172.900	1.399.402	1.588.130	2.062.415	2.157.965
NPBI – Estimativa do número de pessoas beneficiadas indiretamente (NPBD * 3,6)			3.154.147	3.202.614	4.222.440	5.037.847	5.717.268	7.424.694	7.768.674

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 29/04/2026. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2025.

Tabela 15 – INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS

INDICADOR	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD) (1)	876.152	889.615	1.172.900	1.399.402	1.588.130	2.062.415	2.157.965
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD * 3,6) (1)	3.154.147	3.202.614	4.222.440	5.037.847	5.717.268	7.424.694	7.768.674
Média mensal de atendimentos (3)	73.013	74.135	97.742	116.617	132.344	171.868	179.830
Quantidade média de Defensores na atividade-fim (1)	289	315	318	310	316	338	341
Produtividade média mensal dos Defensores (1)	253	235	307	376	419	508	527
Valor total Pago da Fonte Recursos Ordinários (7)	165.055.003	179.793.512	182.983.191	214.233.207	253.145.467	283.597.589	323.738.163,92
Custo médio do Atendimento (2)	167,19	201,23	156,01	153,09	159,40	137,51	150,02
População estimada (4)	9.132.858	9.187.886	9.240.580	9.240.580	8.794.957	9.233.656	9.268.836
Habitantes por Defensor (5)	31.602	25.993	29.058	29.808	29.242	27.319	27.181

Fontes:

(1) METABASE (Business Intelligence) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;

(2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pelo Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente;

(3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo: (NPBD/Quant Defensores/12);

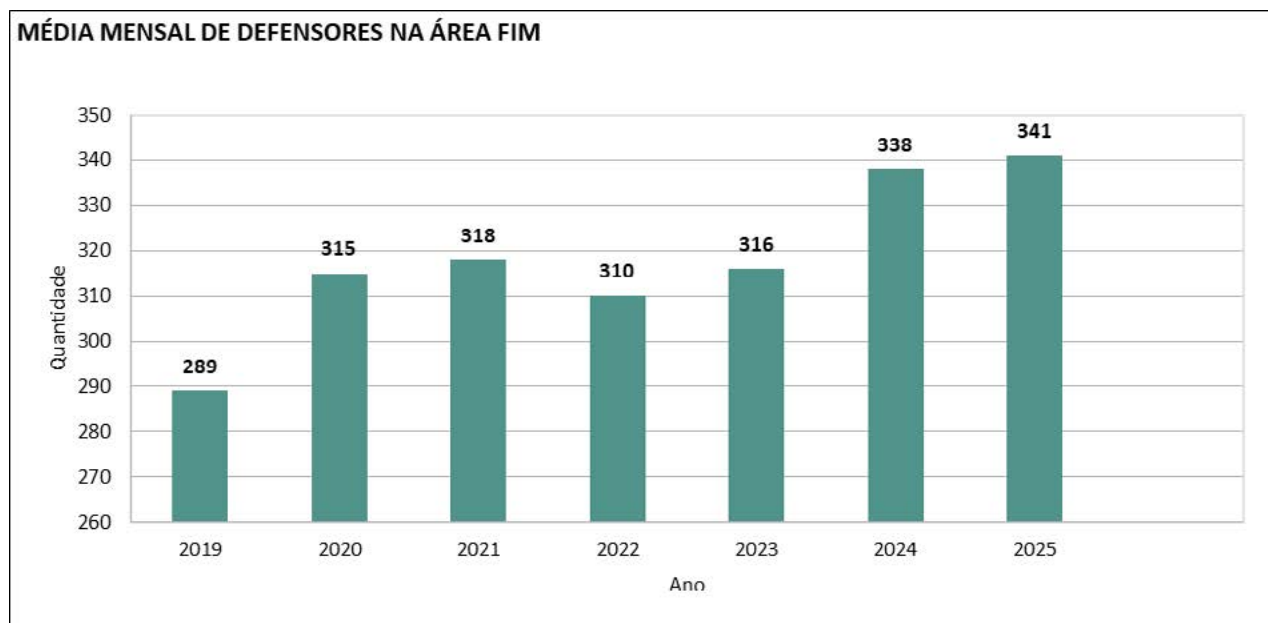
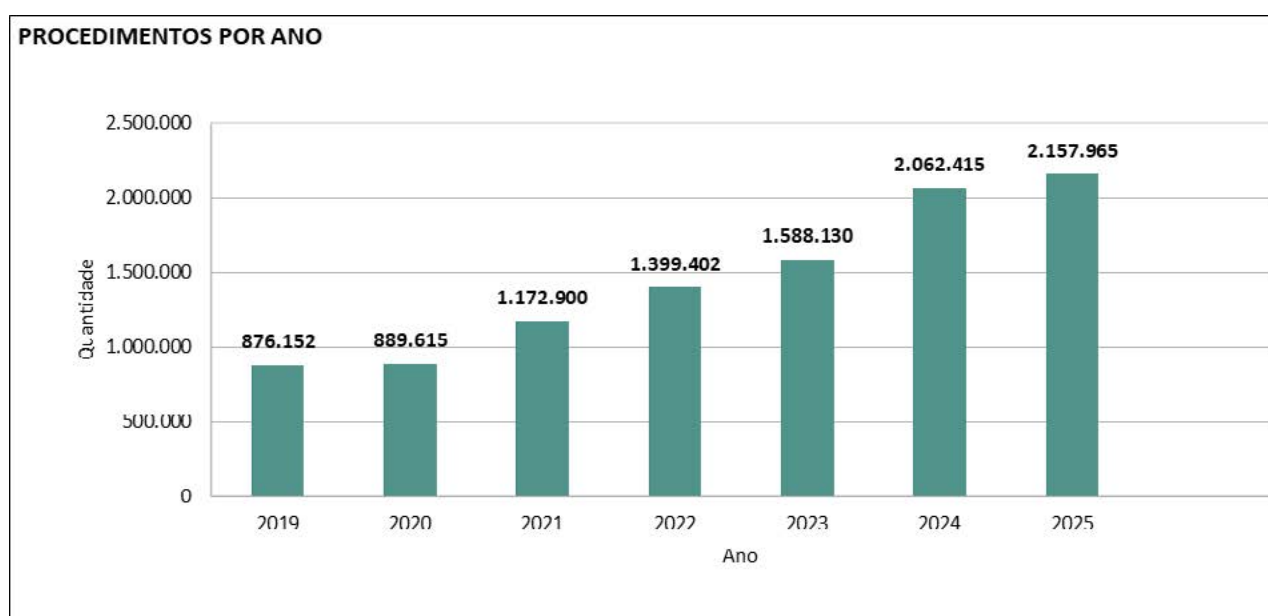


(4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06. Não houve atualização pelo IBGE da população estimada do ano de 2025 até o dia 18.05.2026, <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html>;

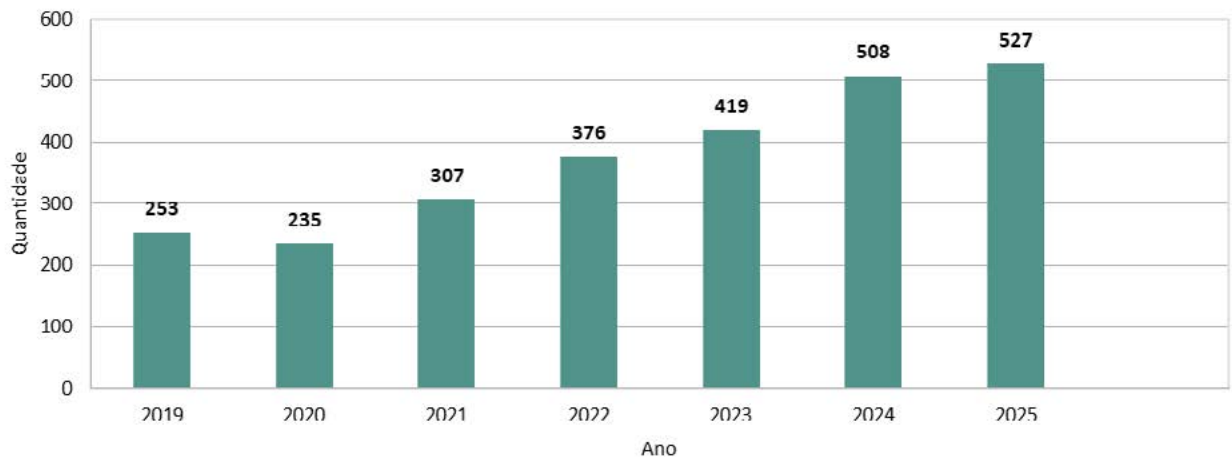
(5) Habitantes por Defensor Público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;

(6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/12)$);

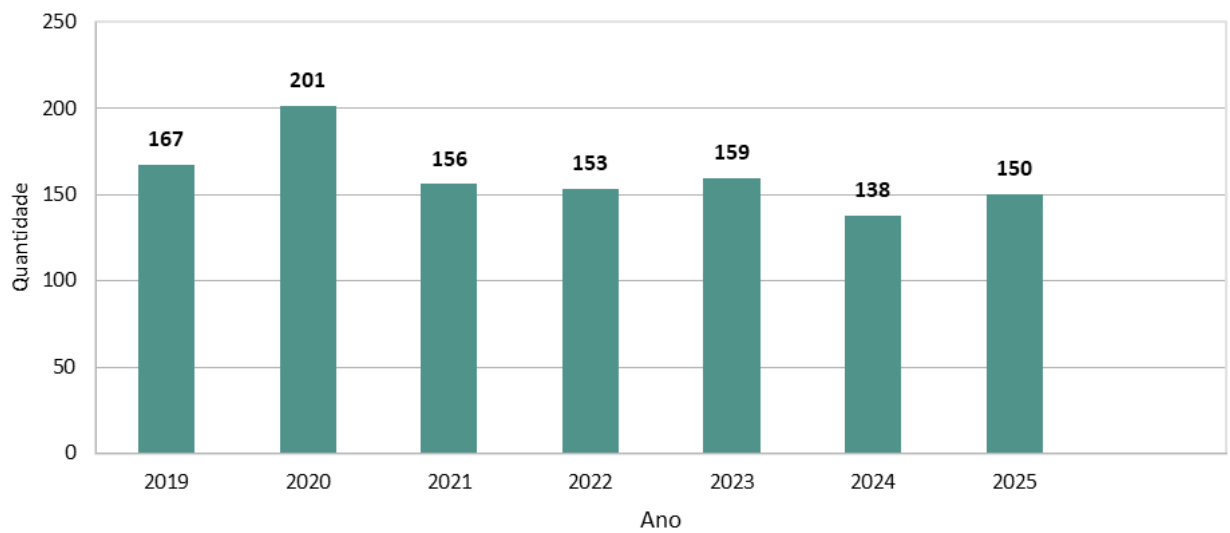
(7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);



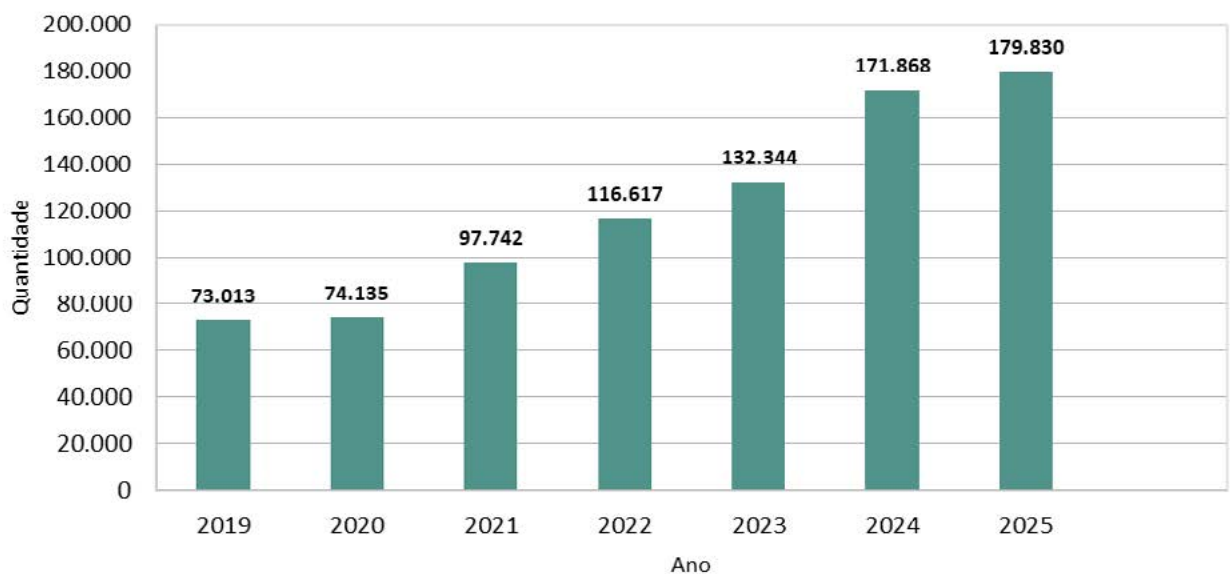
PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



MÉDIA MENSAL DE PROCEDIMENTOS POR ANO



5.2. Indicadores de Desempenho

Indicadores de Eficiência

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos com base nas iniciativas prioritárias constantes no PPA 2024-2027, são elas:

194.1 - Ampliar o acesso gratuito à Justiça.

Entrega: 1893 - SERVIÇO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
967.086	317.037	683.539	1.037.707

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20685 - Promoção da Oferta de Serviços de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - DPGE.	3.500.000,00	4.750.000,00	4.749.398,37	4.749.398,37	99,99	100,00
20734 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - Folha Normal - DPGE.	287.801.094,00	293.347.202,15	293.324.010,96	293.272.071,65	99,99	99,98
20735 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - Folha Complementar - DPGE.	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	291.351.094,00	298.097.202,15	298.073.409,33	298.021.470,02	99,99	99,98

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/relel_20250409100822\[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/relel_20250409100822[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw].PDF) 14/05/2026 às 09:10

Entrega: 1914 - ATENDIMENTO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
1.000	388	725	1.137

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
11034 - Fortalecimento do Atendimento Jurídico e Psicossocial de Mulheres em Situação de Cárcere e seus Familiares - DPGE.	20.000,00	414.267,79	409.088,32	409.088,32	98,75	100,00
11727 - Promoção da Assistência Jurídica e Psicossocial Especializada às Vítimas e Familiares de Vítimas de Crimes Graves Contra a Pessoa - DPGE.	10.000,00	618.053,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	30.000,00	1.032.321,12	409.088,32	409.088,32	39,63	100,00

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250409100822\[gkx5dg-fbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250409100822[gkx5dg-fbdpklwd4k1rfpjprw].PDF) 14/05/2026 às 09:10



Entrega: 1965 - NÚCLEO DE ATENDIMENTO IMPLANTADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
5	4	6	11

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
11726 - Implantação de Núcleos de Atendimento Jurídico - DPGE.	600.000,00	593.860,56	593.860,56	300.000,00	100,00	50,52
13169 - Implantação do Núcleo Central de Atendimento da Defensoria Pública (COMP. I).	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13170 - Implantação de Eco Núcleos de Atendimento da Defensoria Pública (COMP. II).	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13966 - Apoio a Projetos de Interiorização da Defensoria Pública do Estado Do Ceará.	731.173,00	731.173,00	731.173,00	0,00	100,00	0,00
Total	1.351.173,00	1.325.033,56	1.325.033,56	300.000,00	100,00	22,64

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822\[gkx5dg-fbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822[gkx5dg-fbdpklwd4k1rfpjprw].PDF) 14/05/2026 às 09:10

Entrega: 1966 - AÇÃO REALIZADA

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
10	8	11	13

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20722 - Promoção da Oferta Itinerante de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - DPGE.	600.000,00	432.000,00	432.000,00	396.000,00	100,00	91,67
Total	600.000,00	432.000,00	432.000,00	396.000,00	100,00	91,67

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822\[gkx5dg-fbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822[gkx5dg-fbdpklwd4k1rfpjprw].PDF) 14/05/2026 às 09:10

194.2 - Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.

Entrega: 1968 - NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESTRUTURADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
8	3	6	8

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027



Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
11018 - Aquisição de Equipamentos, Montagens e Instalações (PMAE - COMP. II).	583.250,00	1.617.335,09	1.611.334,07	1.611.334,07	99,63	100,00
11021 - Desenvolvimento e Implantação de Software (PMAE - COMP. V).	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11730 - Estruturação e Melhoria Tecnológica dos Núcleos e Unidades da Defensoria Pública - DPGE.	1.170.580,00	756.953,43	756.953,43	730.303,43	100,00	96,48
11731 - Estruturação e Melhoria Física dos Núcleos e Unidades da Defensoria Pública - DPGE.	1.000.000,00	958.946,05	958.946,05	926.496,05	100,00	96,62
13171 - Renovação e Aperfeiçoamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Defensoria Pública (COMP. III).	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.898.830,00	3.333.234,57	3.327.233,55	3.268.133,55	99,82	98,22

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822\[gkx5dg-fbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822[gkx5dg-fbdpklwd4k1rfpjprw].PDF) 14/05/2026 às 09:10

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2018).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 16 – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024– 2027	Entrega do Objetivo Específico	Realizado 2025 (A)	Investimento 2025 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	1.037.707	298.073.409,33	287,24
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	1.137	409.088,32	359,80
194.1.1965	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Núcleo de Atendimento Implantado	11	1.325.033,56	120.457,59
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	13	432.000,00	33.230,77
194.2.1968	Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.	Núcleo de Atendimento Estruturado	8	3.327.233,55	415.904,19

Nota: Parte das entregas realizadas para estas iniciativas foram executadas com recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

Indicadores de Eficácia

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2018).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).



Tabela 17 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024– 2027	Entrega do Objetivo Específico	Programado 2025 (A)	Realizado 2025 (B)	I (B/A)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	967.086	1.037.707	1,07
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	1.000	1.137	1,13
194.1.1965	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Núcleo de Atendimento Implantado	5	11	2,20
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	10	13	1,30
194.2.1968	Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.	Núcleo de Atendimento Estruturado	8	8	1,00

Indicadores de Economicidade

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2018).

O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

Tabela 18 – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024– 2027	Entrega do Objetivo Específico	R\$ / Unid. Entregues 2024 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2025 (I)	% Indic. (I/Ia)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	244,60	287,24	1,17
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	107,72	359,80	3,34
194.1.1965	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Núcleo de Atendimento Implantado	311.041,52	120.457,59	0,38
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	28.800,00	33.230,77	1,15
194.2.1968	Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.	Núcleo de Atendimento Estruturado	318.953,39	415.904,19	1,30



6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.

No ano de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento N° 15.2.0160.1 – BNDES no valor de R\$ 10.888.888,90 (dez milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa centavos) e o valor de Contrapartida do Tesouro Estadual de R\$ 4.666.666,10 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e dez centavos), totalizando o valor global de R\$ 15.555.555,00 (quinze milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais) no qual é destinado a apoiar a modernização da Administração Geral e Patrimonial da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

O Projeto de Modernização da Defensoria tem como objetivo principal a modernização e o aprimoramento contínuo da gestão pública praticada pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE) e a operacionalização de suas atividades, através de projetos e ações que melhorem o atendimento ao público e permitam maior efetividade e transparência administrativa. Os principais resultados esperados são:

- Fortalecimento da cultura de planejamento;
- Maior nível de transparência administrativa;
- Decisões embasadas no gerenciamento mais eficiente de informações;
- Gestão, integração e guarda, adequadas e seguras, das informações de estratégicas e de negócio;
- Maior qualidade nos processos de negócio, apoio e controle;
- Implantação de uma cultura de gestão dos processos de negócio;
- Fortalecimento da gestão de TIC;
- Renovação do Parque Tecnológico;

- Adequação da infraestrutura tecnológica da Sede e das Unidades da DPGE às melhores práticas de gestão e segurança, de informação e ativos, de acordo com a realidade e representatividade estratégica de cada unidade;
- Unificação e padronização da plataforma tecnológica e do ambiente de desenvolvimento, para construção e manutenção, de soluções de software;
- Especialização e qualificação da equipe de TIC gerenciada de acordo com as necessidades, objetivos e competências organizacionais.

O Projeto de Modernização encontra-se dividido conforme tabela abaixo:

TIPO DE PROJETO	PROJETOS
Aperfeiçoamento da Gestão e Operacionalização de TIC	PGTIC - Aperfeiçoamento das Políticas, Procedimentos e Padrões de TIC
Aperfeiçoamento e adequação da infraestrutura TI	PINFRA1 – Adequação da Estrutura do Centro de Dados da Sede
	PINFRA2 – Readequação e instalação de Cabeamento Estruturado
	PINFRA3 – Atualização Tecnológica e Instalação de Ativos de Rede
	PINFRA4 – Renovação e Ampliação do Parque Tecnológico, Backup e Virtualização
Aperfeiçoamento e adequação dos sistemas e soluções de software	PSOFTW – Implantação de solução de Processos de Negócio
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	PCONSRH - Consultoria organizacional, gestão de pessoas e desenvolvimento de recursos humanos
Aperfeiçoamento e adequação da infraestrutura	PREF1 – Reforma, ampliação, equipagem e modernização do Núcleo João XXIII
	PREF2 – Reforma, equipagem e modernização do Núcleo da Defensoria Pública - Av. Senador Virgílio Távora



No ano de 2019 houve o primeiro desembolso financeiro no valor de R\$ 1.559.118,85 (um milhão e quinhentos e cinquenta e nove mil e cento e dezoito reais e oitenta e cinco centavos), em 2020 não foram realizados desembolsos financeiros, já em 2021 foi desembolsado o total de R\$ 3.885.720,53 (três milhões e oitocentos e oitenta e cinco mil e setecentos e vinte reais e cinquenta e três centavos), em 2022 foi desembolsado R\$ 2.906.232,11 (dois milhões, novecentos e seis mil e duzentos e trinta e dois reais e onze centavos), em 2023 o valor do desembolso foi de R\$ 1.024.220,82 (um milhão e vinte e quatro mil e duzentos e vinte reais e oitenta e dois centavos), em 2024 o valor desembolsado foi de R\$ 664.442,09 (seiscentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e nove centavos) e em 2025 o valor desembolsado foi de R\$ 975.022,26 (novecentos e setenta e cinco mil e oitocentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) deste valor está contemplado o montante de R\$ 125.867,76 (cento e vinte e cinco mil e oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos) que é referente aos rendimentos financeiros dos recursos não desembolsados pelo agente financeiro BNDES conforme demonstrado na tabela a seguir.

DESEMBOLSOS FINANCEIROS BNDES											
Fonte BNDES	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total	Valor Previsto	Saldo*
Valor:	0,00	1.559.118,85	0,00	3.885.720,53	2.906.232,11	1.024.220,82	664.442,09	975.022,26	11.014.756,66	10.888.888,90	125.867,76

* Valor dos rendimentos referente ao saldo dos recursos não desembolsados

Com relação as contrapartidas com recursos do Tesouro Estadual o BNDES autorizou que sejam utilizadas as despesas relacionadas com os Projetos do PMAE a partir do ano de 2014, no qual foi aprovada a Carta Consulta referente ao projeto. No ano de 2020 foi realizado o valor total de R\$ 269.250,00 (duzentos e sessenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais) referente a contrapartida do Tesouro Estadual resultando assim no valor realizado acumulado de R\$ 4.804.948,76 (quatro milhões e oitocentos e quatro mil e novecentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos) de contrapartida do Tesouro Estadual, conseguindo assim superar o valor da contrapartida mínima exigida que era no valor R\$ 4.666.666,00 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais) conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 20 – Contrapartida realizada no Projeto PMAE_DPGE

CONTRAPARTIDA REALIZADA	
ANO	VALOR
2014	172.183,65
2015	574.944,10
2016	328.000,00
2017	700.399,00
2018	1.343.346,99
2019	1.416.825,02
2020	269.250,00
Total	4.804.948,76
Total Previstos	4.666.666,00
Contrapartida Realizada:	102,96%

No ano de 2025 foram executados com recursos Fonte BNDES o valor total de R\$ 1.506.258,09 (um milhão e quinhentos e seis mil e duzentos e cinquenta e oito reais e nove centavos), sendo o valor total executado no projeto, com recursos Fonte BNDES, o montante de R\$ 11.048.934,70 (onze milhões e quarenta e oito mil e novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos) conforme apresentado na tabela abaixo:



Tabela 21 – Recursos Fonte BNDES realizado Projeto PMAE/DPGE

RECURSOS FONTE BNDES	
ANO	VALOR
2019	770.841,74
2020	506.843,06
2021	2.089.682,72
2022	4.188.663,20
2023	1.547.796,95
2024	438.848,94
2025	1.506.258,09
Total:	11.048.934,70

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ													
CONVÊNIOS DE RECEITA													
Número SCC	Número SIAFE-CE	Número Transferegov.	Conveniente	Vigência	Data de Publicação	Objeto	Valor Contrapartida	Valor Repasse	Valor Total	Saldo Remanescente - Instrumento	Saldo Remanescente - Devolvido	Situação	Justificativa/Situação
21253	230004	931392/2022	Ministério da Justiça e Segurança Pública	24/08/2022 - 24/10/2025	25/8/22	Fortalecimento do atendimento jurídico e psicossocial de mulheres em situação de cárcere nas unidades prisionais femininas da Região Metropolitana de Fortaleza - CE e seus familiares.	RS 170.408,10	RS 1.473.945,06	RS 1.644.353,16	RS 0,00	RS 471.526,05	Adimplente - Finalizado	Prestação de contas finalizada, no qual realizou-se a devolução do saldo em proporcionalidade.
21486	240002	952051/2023	Ministério da Justiça e Segurança Pública	28/12/2023 - 28/12/2027	3/1/24	Instalação de central de atendimento a vítimas e familiares de vítimas de crime e atos infracionais graves contra a pessoa com perspectiva de gênero, no âmbito do programa Rede Acolhe da Defensoria Pública do Estado do Ceará.	RS 17.584,99	RS 600.053,33	RS 617.638,32	RS 617.638,32	-	Adimplente - Em Execução	Aguardando o depósito de complementação de contrapartida.
22159	250008	990233/2025	Ministério da Justiça e Segurança Pública	30/12/2025 - 30/05/2028	27/1/26	Implementar unidade móvel de atendimento itinerante da Defensoria Pública do Estado do Ceará, com vistas à ampliação do acesso à justiça e à garantia de direitos da população em situação de vulnerabilidade.	RS 8.259,08	RS 500.000,00	RS 508.259,08	RS 508.259,08	-	Adimplente - Em Execução	Aguardando o depósito de contrapartida.

Nota Explicativa:

01 - Do saldo financeiro do convênio 931392/2022, o valor de RS 197.808,78 (Cento e noventa e sete mil, oitocentos e oito reais e setenta e oito centavos) corresponde a rendimentos de aplicações financeiras;
 FONTE: SIAFE - SEFAZ - Transferegov - SEFIN/DPC/DE: 13/03/2026



8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;

A Defensoria Pública do Estado do Ceará não firmou, no exercício de 2025, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97, de 30 de dezembro de 1997.

Fonte: Secretaria de Administração DPGE em 10/02/2026.

9. Conclusão

A instituição pública que atua de forma estratégica, planejada e orientada a resultados fortalece a transparência de sua atuação e amplia a capacidade de entrega de serviços de qualidade à sociedade. O planejamento institucional proporciona maior clareza quanto aos objetivos, metas e prioridades da organização, permitindo não apenas o acompanhamento das ações desenvolvidas, mas também a avaliação contínua dos resultados alcançados em benefício da população.

Nesse contexto, a busca permanente pela eficiência, eficácia e efetividade no cumprimento da missão constitucional da Defensoria Pública do Estado do Ceará exige a adoção de práticas modernas de governança, gestão orientada por resultados e aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados ao cidadão hipossuficiente cearense. O fortalecimento institucional, aliado à inovação administrativa e à modernização dos processos de trabalho, tem contribuído para ampliar o acesso à justiça, garantir maior celeridade no atendimento e elevar a qualidade da assistência jurídica integral e gratuita oferecida à sociedade.

Importante destacar que a participação social constitui elemento essencial da gestão democrática e transparente. A realização do 10º Ciclo de Orçamento Participativo, em 2025, reafirmou o compromisso da Defensoria Pública do Estado do Ceará com a construção coletiva de suas diretrizes institucionais, promovendo a participação ativa de membros, servidores, colaboradores e da sociedade civil na definição de prioridades, objetivos e metas institucionais. Tal iniciativa fortalece os mecanismos de governança participativa e legitimidade institucional, consolidando uma gestão pautada no diálogo, na transparência e na responsabilidade social.

Os avanços obtidos no período de 2024-2025 evidenciam o fortalecimento da governança institucional e a evolução dos indicadores estratégicos da Defensoria Pública do Estado do Ceará, dentre os quais destacam-se:



INDICADOR	2024	2025
Total de atendimentos realizados	2.062.415	2.157.965
Índice de execução dos projetos do Planejamento Estratégico	58,03%	95,38%
Índice de Transparência Pública	96,01%	100,00%
Programa Nacional de Transparência Pública – ATRICON	Selo Diamante	Selo Diamante

Os resultados alcançados refletem o esforço contínuo da Defensoria Pública do Estado do Ceará na implementação de metodologias modernas de gestão pública, no fortalecimento das práticas de governança institucional e na adoção de boas práticas administrativas voltadas à eficiência operacional, à transparência pública e à melhoria contínua dos serviços prestados à população cearense.

O significativo crescimento do índice de execução dos projetos estratégicos, associado ao aumento do número de atendimentos realizados e à manutenção do mais elevado nível de transparência pública reconhecido nacionalmente pelo Programa Nacional de Transparência Pública da ATRICON, demonstra a maturidade institucional alcançada e o compromisso permanente da Defensoria Pública com a excelência na gestão pública e na promoção do acesso à justiça.

Dessa forma, a Defensoria Pública do Estado do Ceará seguirá, no exercício de 2026, aperfeiçoando seu modelo de gestão institucional, investindo em inovação, transformação digital, governança, integridade, transparência e modernização administrativa, com o propósito de assegurar serviços cada vez mais eficientes, acessíveis e humanizados à sociedade cearense, fortalecendo sua missão constitucional de promoção dos direitos humanos, cidadania e acesso integral à justiça.

10. Referências Bibliográficas

DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2024-2025. Fortaleza. 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/portal-da-transparencia/planejamento-estrategico/2024-2025/>

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Julho/2018. Download em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento_estrategico_arquivos/livros_guias_publicacoes/guia-metodologico-para-indicadores-mp-2018.pdf ;

TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, Novembro/2011 - ano XLIV – N°3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D78C1F1014D7957D0D84565>





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ